



BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 06 | junho 2017



Gabinete de Estratégia e Estudos
Ministério da Economia

GPEARI

**Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação
e Relações Internacionais**

Ministério das Finanças

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: junho de 2017

Elaborado com informação disponível até ao dia 27 de junho.

Editores:

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia

Rua da Prata, 8

1149-067 Lisboa

Telefone: +351 217 921 372

Fax: +351 217 921 398

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças

Av. Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º

1100 – 278 Lisboa

Telefone: +351 21 8823396

Fax: +351 21 8823399

URL: <http://www.gpeari.min-financas.pt>

E-Mail: bmep@gpeari.min-financas.pt

ISSN: 1646-9072



(Esta publicação respeita as regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa)

Índice

Conjuntura	5
Sumário	7
1. Enquadramento Internacional	11
2. Conjuntura Nacional	15
3. Comércio Internacional	27
Iniciativas e Medidas Legislativas	33
Lista de Acrónimos	39

Conjuntura

Sumário

Enquadramento Internacional

- * No início do segundo trimestre de 2017, a produção industrial mundial estabilizou em abril de 2017, tendo aumentado para 3,3% em termos homólogos (igual ao mês precedente); mas, enquanto a das economias avançadas acelerou, a dos países emergentes e em desenvolvimento abrandou. Relativamente ao comércio mundial de mercadorias, este desacelerou devido sobretudo ao enfraquecimento das trocas comerciais dos países emergentes e em desenvolvimento.
- * O PIB do G20 acelerou para 3,4% em termos homólogos reais no 1.º trimestre de 2017 (3,3% no trimestre precedente), o qual foi influenciado por uma melhoria da economia da União Europeia, Canadá, China, Brasil, México e Turquia. Já relativamente à Índia, o PIB manteve um crescimento robusto, mas abrandou para 6,2% (7,1% no 4.º trimestre de 2016).
- * Os indicadores disponíveis para o 2.º trimestre de 2017 para os EUA indicam a continuação de um crescimento económico moderado, assente sobretudo numa melhoria da produção industrial e na manutenção de um crescimento forte do consumo privado. O mercado de trabalho continuou a evoluir favoravelmente, tendo a taxa de desemprego descido para 4,4%, em média, no conjunto dos meses de abril e maio de 2017 (4,7% no 1.º trimestre) e, a taxa de inflação homóloga diminuiu, em média, para 2,0% (2,5% no 1.º trimestre).
- * No 1.º trimestre de 2017, tanto o PIB da União Europeia (UE) como o da área do euro (AE) aumentou para 2,1% e 1,9% em termos homólogos reais, respetivamente (2,0% e 1,8% designadamente, no 4.º trimestre de 2016) refletindo o fortalecimento do investimento e das exportações. No conjunto dos meses de abril e maio de 2017, o indicador de sentimento económico subiu de forma expressiva quer para a UE, quer para a AE, abrangendo todos os indicadores de confiança, especialmente para a construção. Em abril de 2017, a taxa de desemprego desceu para 7,8% na UE e para 9,3% na AE (7,9 e 9,4%, respetivamente, em março). Em maio de 2017, a taxa de inflação homóloga da área do euro desceu para 1,4% (1,9% em abril) devido à desaceleração dos preços de energia, dos bens alimentares não transformados e dos serviços. Contudo, em termos de variação dos últimos 12 meses, a taxa de inflação aumentou para 1,0% em maio de 2017, a mais elevada dos últimos 3 anos.
- * Em junho de 2017 e, até ao dia 27, o preço *spot* do petróleo *Brent* tornou a descer para se situar, em média, em 48 USD/bbl (42 €/bbl) em consequência do aumento da produção dos EUA e da Líbia. Entretanto, em finais de maio de 2017, foi decidido o prolongamento do acordo entre os países da OPEP e a Rússia de redução da oferta de petróleo até março de 2018 (mais 9 meses).
- * As taxas de juro de curto prazo estabilizaram na área do euro em junho de 2017, situando-se em -0,33%, em média, até ao dia 27. Pelo contrário, nos EUA, acentuou-se o movimento de subida das taxas de juro de curto prazo, coincidindo com a decisão, em meados do mês, da Reserva Federal de aumentar as taxas de juro federais para o intervalo entre 1,00% e 1,25% (entre 0,75% e 1,00%, em março de 2017).
- * No 1.º semestre de 2017, assistiu-se a uma evolução favorável dos índices bolsistas internacionais, com destaque para os EUA (decorrente de uma evolução positiva da economia) e para alguns países periféricos da área do euro. E, ainda, um crescimento mais forte do PIB da área do euro no 1.º trimestre face ao inicialmente previsto e a expectativa da continuação de uma política monetária expansionista por parte do BCE influenciaram uma apreciação significativa do euro face ao dólar, de 7,2% no 1.º semestre de 2017, o qual ascendeu a 1,13 no dia 27 de junho (o valor mais elevado desde 24 de agosto de 2016).

Conjuntura Nacional

- * A execução orçamental das Administrações Públicas em maio traduziu-se num saldo global negativo de 698 milhões de euros. Este valor representa um agravamento de 359 milhões de euros em relação ao registado no mês homólogo do ano anterior¹ e tem na sua origem um crescimento de 0,2% da receita efetiva, inferior ao aumento de 1,4% da despesa efetiva². O saldo primário cifrou-se, por sua vez, num excedente de 2.700 milhões de euros.
- * Para o resultado da execução orçamental das Administrações Públicas em maio foi determinante o subsector da Administração Central, com um saldo global negativo de 2509 milhões de euros. Verificaram-se, também, saldos globais positivos nos subsectores da Segurança Social (1.286 milhões de euros) e da Administração Local (603 milhões de euros); já a Administração Regional apurou um défice de 78 milhões de euros.
- * O sector das Administrações Públicas registou em maio uma dívida (critério de Maastricht) no valor de 247.437 milhões de euros, o que representa aumentos de 3924 milhões de euros (1,6%) em relação ao mês anterior e de 6.376 milhões de euros (2,6%) face ao final de 2016. A dívida líquida situou-se em 227.601 milhões de euros.
- * Em maio a dívida direta do Estado registou o valor de 243.597 milhões de euros, o que representa uma redução de 424 milhões de euros (0,2%) face ao mês anterior. A dívida relacionada com o Programa de Assistência Económica e Financeira cifrou-se, entretanto, em 65780 milhões de euros o que mostra uma redução de 237 milhões de euros (0,4%) em relação ao mês anterior. A estrutura da dívida não sofreu alterações.

Comércio Internacional

- * Os **resultados preliminares das estatísticas do comércio internacional** recentemente divulgados³ apontam para um crescimento homólogo das exportações de mercadorias de 12,8% nos primeiros quatro meses de 2017. Neste mesmo período, as importações aumentaram 14,2%, o que levou a um agravamento do défice da balança comercial (fob-cif) de 21,4%, correspondendo a 680 milhões de euros. A taxa de cobertura das importações pelas exportações foi de 82,5%, menos -1,1 p.p. que em igual período de 2016.
- * Nos primeiros quatro meses de 2017, o crescimento homólogo das exportações de mercadorias, excluindo os produtos energéticos, foi inferior ao crescimento das exportações totais (9,8%). As importações registaram uma variação homóloga positiva superior ao crescimento das exportações (10,1%), o que levou a um agravamento do saldo negativo da respetiva balança comercial em 12,4%.
- * No último ano a terminar em abril de 2017, as exportações de mercadorias cresceram 5,7% em termos homólogos, sendo que a maioria dos grupos contribuiu positivamente para este comportamento. Destaca-se o contributo das “Máquinas e aparelhos e suas partes” (1,6 p.p.), dos “Agroalimentares” (1,0 p.p.) e dos “Químicos” (0,7 p.p.). Nos primeiros quatro meses de 2017, deve-se destacar o contributo positivo dos produtos “Energéticos” (3,6 p.p.), seguido do contributo das “Máquinas e aparelhos e suas partes” (2,2 p.p.) e dos “Agroalimentares” (1,8 p.p.).
- * De janeiro a abril de 2017, as exportações para o mercado comunitário cresceram, em termos homólogos, 8,5 % e contribuíram em 6,6 p.p. para o crescimento das exportações totais de mercadorias. As exportações para os países da UE-15 registaram uma taxa de crescimento de 8,3%, em termos homólogos e as exportações para os países do Alargamento 12,1%, sendo os contributos para o crescimento do total das exportações de 6,1 p.p. e 0,5 p.p., respetivamente. As exportações para Espanha, o principal mercado de destino das exportações portu-

¹ Exceto se for referido o contrário, os valores indicados foram apurados numa base de caixa.

² Exceto se for referido o contrário, as variações em percentagem referem-se ao período homólogo do ano anterior.

³ Resultados mensais preliminares de janeiro a abril de 2017.

guesas de mercadorias (25,9% do total das exportações), registaram o maior contributo Intra UE-15 (2,7 p.p.) para o crescimento das exportações, seguidas das exportações para a França e para a Alemanha (0,8 p.p. e 0,7 p.p., respetivamente).

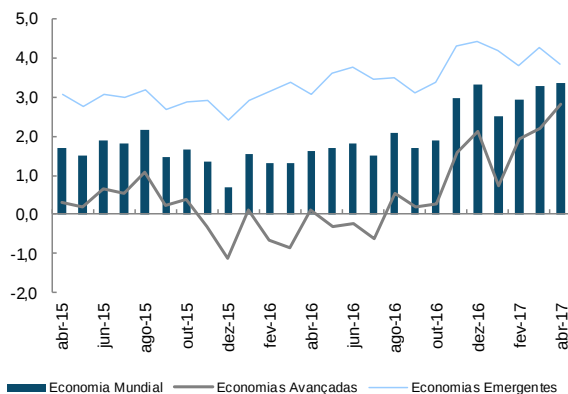
- * Nos primeiros quatro meses de 2017, as exportações para os Países Terceiros cresceram 27,8%, passando a representar 25,4 % do total das exportações nacionais (+2,9 p.p. face ao período homólogo). Destaca-se o comportamento positivo das exportações para a China (61,2%), Angola (46,7%) e Brasil (40,1%).
- * De acordo com os dados da Balança de Pagamentos divulgados para o mês de abril de 2017, as Exportações de Bens e Serviços registaram um crescimento homólogo de 12,7% nos primeiros quatro meses de 2017. A componente de Serviços registou um melhor desempenho relativamente à dos Bens (12,8% e 12,7%, respetivamente) com a componente de Bens a registar maior contributo para o crescimento do total das exportações (8,8 p.p.).

1. Enquadramento Internacional

Atividade Económica Mundial

Em abril de 2017, a produção industrial mundial aumentou para 3,3% em termos homólogos (igual ao mês precedente); mas, enquanto a das economias avançadas acelerou, a dos países emergentes e em desenvolvimento abrandou (especialmente asiáticos).

Figura 1.1. Produção Industrial
(VH, em %)



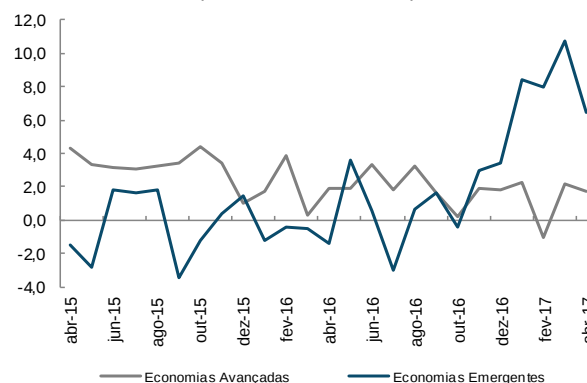
Fonte: CPB.

Relativamente ao comércio mundial de mercadorias, este desacelerou; tendência que se estendeu tanto às exportações como às importações mundiais, embora o abrandamento tenha sido mais significativo para o primeiro caso.

De facto, em abril de 2017 e, em termos homólogos reais:

- o comércio mundial abrandou para 3,4% (6,1% em março);
- as exportações e importações mundiais desaceleraram para 3,2% e 3,7%, respetivamente (6,6% e 5,7%, designadamente).

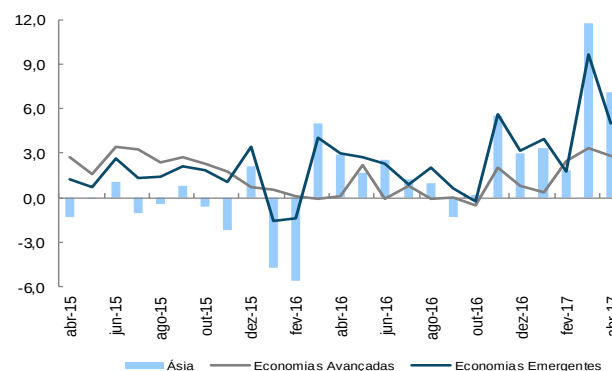
Figura 1.2. Importações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

No início do 2.º trimestre de 2017, assistiu-se a um enfraquecimento das trocas comerciais mundiais, abrangendo quer os países emergentes e em desenvolvimento, quer as economias avançadas. Porém, este recuo foi mais acentuado para o primeiro grupo de países, sobretudo em termos de exportações.

Figura 1.3. Exportações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

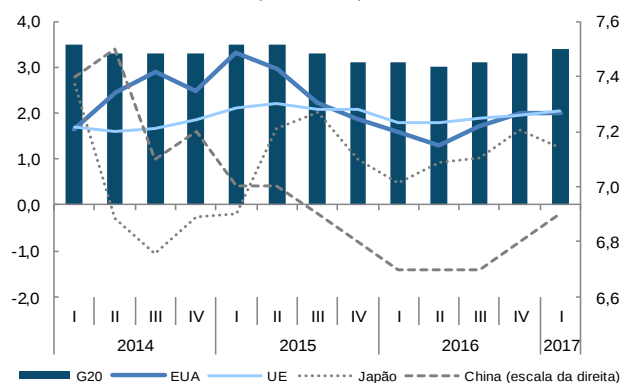
Quadro 1.1. Indicadores de Atividade Económica Mundial

Indicador	Unidade	Fonte	2016	2016				2017	2017			
				1T	2T	3T	4T	1T	jan	fev	mar	abr
Índice de Produção Industrial Mundial	VH	CPB	19	14	17	18	2,7	2,9	2,5	2,9	3,3	3,3
Economias Avançadas	VH	CPB	0,2	-0,5	-0,1	0,0	1,3	1,6	0,7	1,9	2,2	2,8
Economias Emergentes	VH	CPB	3,5	3,2	3,5	3,4	4,0	4,1	4,2	3,8	4,3	3,8
Comércio Mundial de Mercadorias	VH	CPB	13	0,7	1,6	1,1	2,0	4,1	4,1	2,3	6,1	3,4
Importações Mundiais	VH	CPB	14	0,9	1,8	1,2	1,6	4,3	4,8	2,6	5,7	3,7
Economias Avançadas	VH	CPB	2,0	1,9	2,4	2,2	1,3	1,1	2,3	-1,0	2,2	1,8
Economias Emergentes	VH	CPB	0,5	-0,7	0,9	-0,3	2,0	9,1	8,5	8,0	10,8	6,5
Exportações Mundiais	VH	CPB	13	0,5	1,3	0,9	2,4	3,9	3,4	1,9	6,6	3,2
Economias Avançadas	VH	CPB	0,9	0,7	0,3	0,7	2,1	3,0	2,9	2,0	4,1	1,7
Economias Emergentes	VH	CPB	1,7	0,3	2,7	1,2	2,8	5,1	3,9	1,8	9,7	5,0

Atividade Económica Extra-UE

No 1.º trimestre de 2017, o PIB do **G20** acelerou para 3,4% em termos homólogos reais (3,3% no 4.º trimestre de 2016), o qual foi influenciado por uma melhoria das economias da União Europeia, Canadá, China, Brasil, México e Turquia.

Figura 1.4. PIB do G20, em volume
(VH, em %)



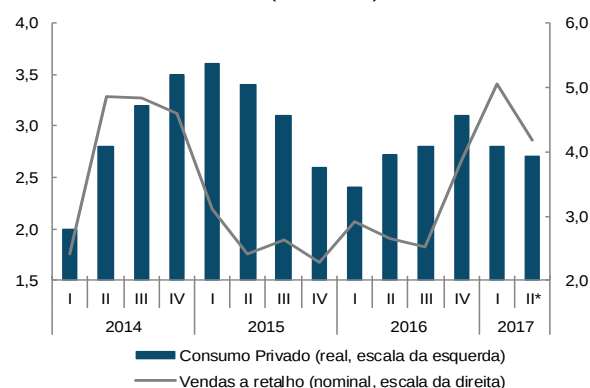
Fonte: OCDE.

Os indicadores disponíveis para o 2.º trimestre de 2017 para os **EUA** indicam a continuação de um crescimento económico moderado e uma evolução favorável do mercado de trabalho. No conjunto dos meses de abril e maio de 2017 e, em termos homólogos nominais:

- a produção industrial aumentou para 2,2% (0,6% no 1.º trimestre) acompanhado de uma subida do indicador de confiança dos empresários dos serviços;
- as vendas a retalho abrandaram para 4,2% (5,1% no 1.º trimestre) em linha com uma ligeira desaceleração do consumo privado, embora este tenha apresentado um crescimento forte (2,7%);
- a taxa de desemprego desceu para 4,4% e a taxa de inflação homóloga desacelerou, em média, para 2,0% (2,5% no 1.º trimestre).

As exportações de bens desaceleraram para 5,9% em termos homólogos nominais em abril de 2017 (8,1% em março).

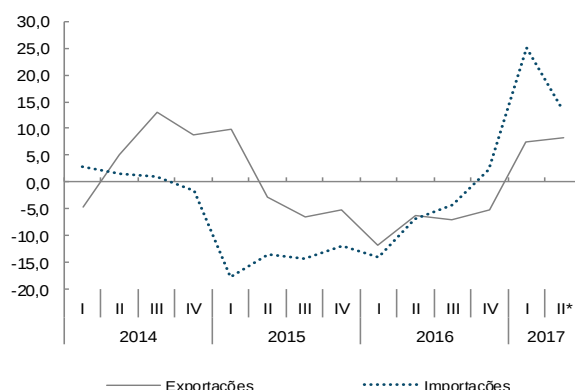
Figura 1.5. Consumo Privado e Vendas a Retalho dos EUA (VH, em %)



Fonte: Bureau of Economic Analysis. Census Bureau. * média de abril e maio p/ vendas a retalho e trimestre terminado em abril p/ consumo privado.

Os indicadores disponíveis para a **China** sugerem a continuação de um crescimento económico robusto no 2.º trimestre de 2017. De facto, no conjunto dos meses de abril e maio de 2017 e, em termos homólogos nominais, a produção industrial aumentou para 6,5% e, as exportações de bens tornaram-se mais dinâmicas, tendo aumentado 8,4% (7,5% no 1.º trimestre).

Figura 1.6. Comércio Externo de Bens da China
(VH nominal, em %)



Fonte: OMC. * Média dos meses de abril e maio.

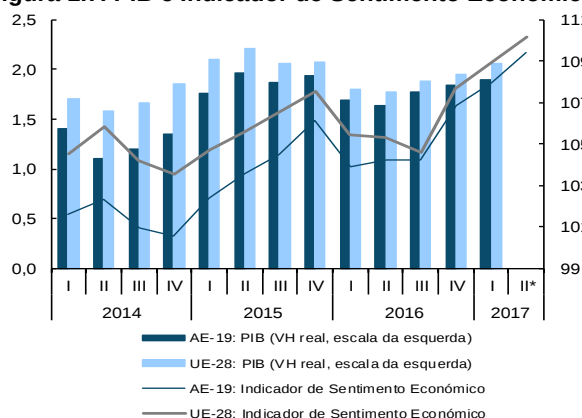
Quadro 1.2. Indicadores de Atividade Económica Extra-UE

Indicador	Unidade	Fonte	2016	2016				2017	2017			
				1T	2T	3T	4T	1T	fev	mar	abr	mai
EUA – PIB real	VH	BEA	16	16	13	17	2,0	2,0	-	-	-	-
Índice de Produção Industrial	VH	BGFRS	-12	-2,2	-13	-12	-0,1	0,6	0,4	13	2,1	2,2
Índice ISM da Indústria Transformadora	%	ISM	515	49,8	518	512	53,2	57,0	57,7	57,2	54,8	54,9
Índice ISM dos Serviços	%	"	58,1	57,2	57,8	57,1	60,1	60,9	63,6	58,9	62,4	60,7
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE	Michigan	918	916	92,4	90,3	93,1	97,2	96,3	96,9	97,0	97,1
Taxa de Desemprego	%	BLS	4,9	4,9	4,9	4,9	4,7	4,7	4,7	4,5	4,4	4,3
China – PIB real	VH	NBSC	6,7	6,7	6,7	6,7	6,8	6,9	-	-	-	-
Exportações	VH	MC	-7,7	-11,9	-6,3	-6,9	-5,2	7,5	-16	16,4	8,0	8,7
Japão – PIB real	VH	COGJ	10	0,5	0,9	10	16	13	-	-	-	-

Atividade Económica da UE

No conjunto dos meses de abril e maio de 2017, o indicador de sentimento económico subiu de forma expressiva para a União Europeia (UE) e área do euro (AE), abrangendo todos os indicadores de confiança, sobretudo para o setor da construção. No entanto, de acordo com o indicador previsorial do Banco de Itália, de maio de 2017, o PIB trimestral em cadeia da AE diminuiu, pelo 3.º mês consecutivo (+0,6%, no 1.º trimestre de 2017).

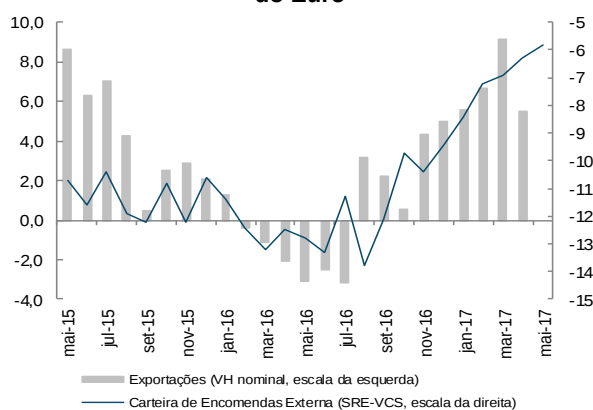
Figura 1.7. PIB e Indicador de Sentimento Económico



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat. * Média de abril e maio.

Os indicadores quantitativos para a área do euro em abril de 2017, indicam um abrandamento da produção industrial; exportações de bens e vendas a retalho.

Figura 1.8. Exportações e Encomendas externas da Área do Euro

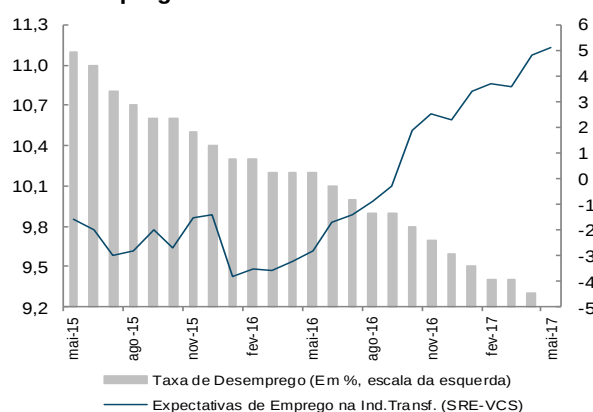


Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Em abril de 2017, a taxa de desemprego desceu tanto para a União Europeia como para a área do euro, para se situar em 7,8% e 9,3%, respetivamente, representando, para ambas, uma quebra homóloga de quase 1 p.p.

Em maio de 2017, as expectativas dos empresários da área do euro quanto à criação de emprego melhoraram para os setores da indústria transformadora e da construção; enquanto pioraram para os serviços e comércio a retalho.

Figura 1.9. Taxa de Desemprego e Expectativas de Emprego na Indústria da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Em maio de 2017, a taxa de inflação homóloga da área do euro desceu para 1,4% (1,9% em abril) devido à desaceleração dos preços de energia (de 7,6% em abril, para 4,5%), dos bens alimentares não transformados e dos preços dos serviços. Contudo, em termos de variação dos últimos 12 meses, a taxa de inflação aumentou para 1,0% em maio de 2017 (0,8% em abril), representando o valor mais elevado desde maio de 2014.

Na área do euro, os custos horários do trabalho da indústria e dos serviços mercantis desaceleraram para 1,3% em termos homólogos nominais no 1.º trimestre de 2017 (1,5% no 4.º trimestre de 2016).

O emprego total da economia acelerou para 1,5% em termos homólogos na AE no 1.º trimestre de 2017 (1,4% no 4.º trimestre de 2016) acompanhado de um aumento da produtividade em 0,4% (igual ao trimestre precedente).

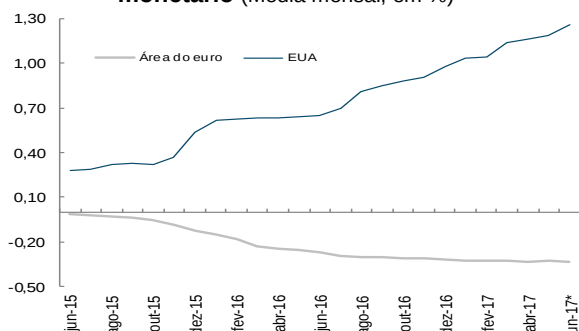
Quadro 1.3. Indicadores de Atividade Económica da UE

Indicador	Unidade	Fonte	2016	2016				2017	2017			
				1T	2T	3T	4T	1T	fev	mar	abr	mai
União Europeia (UE-28) – PIB real	VH	Eurostat	19	18	18	19	2,0	2,1	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	105,7	105,4	105,3	104,6	107,7	108,9	108,9	109,2	110,7	109,7
Área do Euro (AE-19) – PIB real	VH	Eurostat	18	17	16	18	18	19	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	104,8	103,9	104,2	104,2	106,9	108,0	108,0	108,0	109,7	109,2
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	14	14	12	11	2,1	14	16	2,2	14	:
Índice de Vendas a Retalho	VH real	"	2,2	2,7	2,1	16	2,5	2,0	19	2,5	2,4	:
Taxa de Desemprego	%	"	10,0	10,3	10,2	9,9	9,7	9,4	9,4	9,4	9,3	:
IHPC	VH	"	0,2	0,0	-0,1	0,3	0,7	18	2,0	15	19	14

Mercados Financeiros e Matérias-Primas

Em junho de 2017, as taxas de juro de curto prazo para a área do euro estabilizaram, situando-se em -0,33%, em média, até ao dia 27. Pelo contrário, nos EUA, as taxas de juro a 3 meses subiram para 1,26%, em linha com a decisão da Reserva Federal, a 14 de junho, de aumentar as taxas de juro federais em 25 p.b., para o intervalo entre 1,00% e 1,25%.

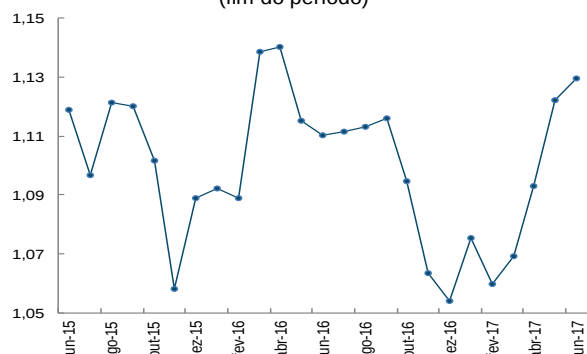
Figura 1.10. Taxa de Juro a 3 meses do mercado monetário (Média mensal, em %)



Fonte: BCE; IGCP. * Média até ao dia 27.

Em maio de 2017, as taxas de juro de longo prazo quase estabilizaram nos EUA; enquanto desceram para a área do euro, beneficiando de um maior otimismo nos mercados financeiros internacionais. A descida das taxas de rentabilidade beneficiou alguns países periféricos como Portugal, cujo *spread* face à Alemanha diminuiu para 272 p.b. no final do mês (354 p.b. no final de 2016).

Figura 1.11. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar (fim do período)

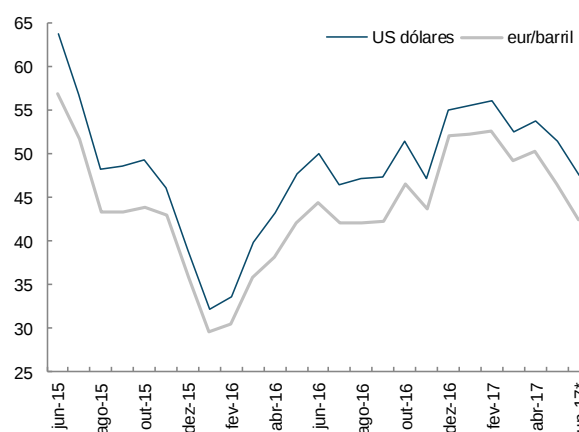


Fonte: Banco de Portugal. Para junho, o valor é do dia 27.

No 1.º semestre de 2017, o euro apreciou-se 7,2% face ao dólar, refletindo um crescimento mais forte do PIB da área do euro no 1.º trimestre face ao inicialmente previsto; a expectativa da continuação de uma política monetária expansionista por parte do BCE e, uma menor incerteza política na Europa associada, em parte, à maioria absoluta conseguida nas eleições em França, situando-se em 1,13 no dia 27 (o valor mais elevado desde 24 de agosto de 2016).

Em maio de 2017, o índice de preços relativo do preço do petróleo importado desceu para 41,6 (por memória atingiu o valor 100 durante a crise petrolífera de 1979). Em junho de 2017 e, até ao dia 27, o preço do petróleo *Brent* tornou a reduzir-se para se situar, em média, em 48 USD/bbl (42 €/bbl), em consequência do aumento da produção dos EUA e da Líbia. Entretanto, no final de maio, foi decidido o prolongamento do acordo entre os países da OPEP e a Rússia de redução da oferta de petróleo por mais 9 meses (até março de 2018).

Figura 1.12. Preço médio Spot do Petróleo Brent (Em USD e euros)



Fontes: DGE, IGCP e BP. * Média até ao dia 27.

No conjunto dos meses de abril e maio de 2017, o preço das matérias-primas não energéticas desacelerou, tendo registado um aumento de 5,4% em termos homólogos (16,2% no 1.º trimestre) tendência que se estendeu a todos os produtos, com destaque para os metais e os *inputs* industriais.

Quadro 1.4. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais

Indicador	Unidade	Fonte	2016	2016				2017	2017			
				1T	2T	3T	4T	1T	fev	mar	abr	mai
Taxa Euribor a 3 meses*	%	BP	-0,32	-0,24	-0,28	-0,30	-0,32	-0,33	-0,33	-0,33	-0,33	-0,33
Yield OT 10 anos – EUA**	%	Eurostat	1,84	1,91	1,75	1,56	2,13	2,44	2,42	2,48	2,29	2,30
Yield OT 10 anos – Área do euro**	%	"	0,93	1,03	0,94	0,66	1,10	1,41	1,45	1,46	1,26	1,18
Taxa de Câmbio*	Eur/USD	BP	1054	1,139	1,110	1,116	1054	1069	1060	1069	1093	1122
Dow Jones*	VC	Yahoo	13,4	15	14	2,1	7,9	4,6	4,8	-0,7	13	0,3
DJ Euro Stoxx50*	VC	"	0,7	-8,0	-4,7	4,8	9,6	6,4	2,8	5,5	17	-0,1
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	USD/bbl	DGEG	45,06	35,14	46,96	46,97	51,16	54,69	56,04	52,54	53,82	51,39
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	VH	"	-16,0	-36,2	-26,0	-8,3	14,3	55,7	67,2	31,9	24,3	7,8
Spot do Petróleo Brent em euros/bbl**	VH	DGEG e BP	-15,8	-34,8	-27,6	-8,7	16,1	60,9	72,5	37,6	31,5	10,3
Preço Relativo do Petróleo em euros***	1979=100	GEE	34,2	25,3	35,4	36,3	40,6	44,9	46,3	43,5	42,8	41,6

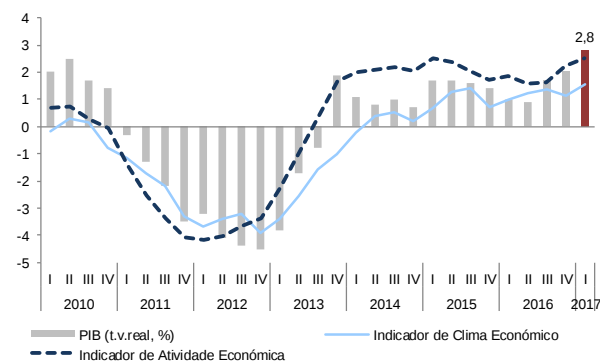
* Fim de período; ** Valores médios; *** Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de ramas de petróleo bruto em euros e o deflator do PIB em Portugal.

2. Conjuntura Nacional

Atividade Económica e Oferta

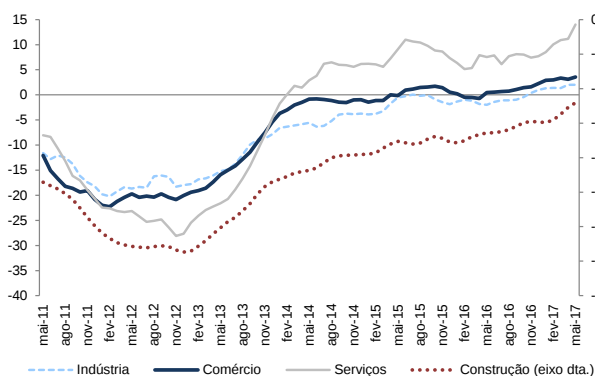
De acordo com os dados publicados pelo INE para o mês de maio, o indicador de clima económico registou uma melhoria quando comparado com o mês anterior, dando continuidade à evolução positiva registada ao longo deste ano.

Figura 2.1. Indicador de Clima Económico



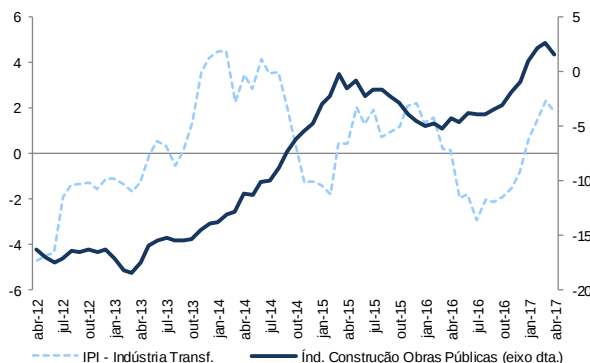
No trimestre terminado no mês de maio, e face ao 1º trimestre, registou-se uma melhoria nos indicadores de confiança relativos ao setor da construção, serviços, comércio a retalho e da indústria.

Figura 2.2. Indicadores de Confiança (SRE, MM3)



No trimestre terminado em abril de 2017, o indicador de atividade económica do INE registou uma taxa de crescimento homólogo de 2,5%, igual à registada no mês anterior.

Figura 2.3. Índices de Produção (VH, MM3)



Os dados quantitativos disponíveis relativos ao trimestre terminado em abril, mostram que, em termos médios homólogos:

- na indústria transformadora, o Índice de Produção registou um aumento de 1,8% e o Índice de Volume de Negócios apresentou uma variação de 8,2% (2,3% e 13% no mês precedente);
- o Índice de Produção na Construção e Obras Públicas apresentou um crescimento de 1,6% (que compara com 2,7% em março);
- o Índice de Volume de Negócios nos Serviços cresceu 6,8% face ao período homólogo em (+1,7 p.p. face a março);
- o Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho registou um crescimento de 3,7%, superior em 0,9 p.p. ao mês precedente.

Quadro 2.1. Indicadores de Atividade Económica e Oferta

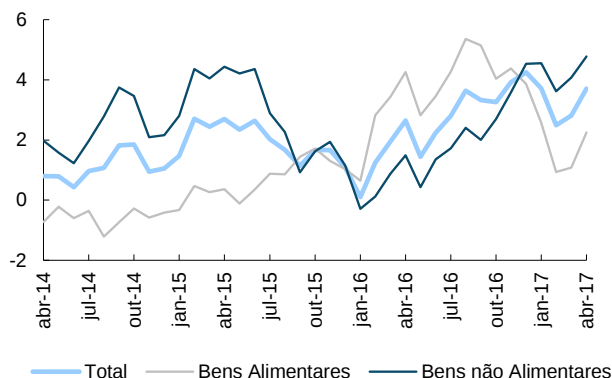
Indicador	Unidade	Fonte	2016	2016				2017	2017				
				1T	2T	3T	4T	1T	jan	fev	mar	abr	mai
PIB – CN Trimestrais	VH Real	INE	14	10	0,9	17	2,0	2,8	:	:	:	:	:
Indicador de Clima Económico	SRE-VE	"	12	10	12	14	11	16	12	13	16	18	2,0
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VCS	"	-0,6	-12	-14	-10	10	14	16	12	13	3,5	12
Indicador de Confiança do Comércio	"	"	11	-0,7	0,6	15	2,9	3,1	2,9	3,8	2,6	4,2	3,7
Indicador de Confiança dos Serviços	"	"	7,3	5,3	7,9	8,1	7,7	10,9	9,7	11,5	11,6	10,4	20,0
Indicador de Confiança da Construção	"	"	-318	-33,9	-32,8	-30,9	-29,7	-27,4	-29,6	-27,3	-25,4	-23,7	-23,2
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	"	11	0,2	-18	-2,1	-0,8	2,3	16	18	3,5	0,2	3,0
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	"	-0,5	-3,1	-3,0	-0,8	3,2	13,0	16,5	5,7	16,9	15	:
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	"	-2,3	-13	-11	11	7,1	5,1	3,9	4,8	6,7	9,0	:

* Primeira Estimativa.

Consumo Privado

No trimestre terminado em abril, o índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho registou um crescimento médio homólogo de 3,7%, acelerando 0,9 p.p. quando comparado com o primeiro trimestre do ano. A componente alimentar deste índice cresceu mais 1,1 p.p. (2,2%) enquanto a componente não alimentar registou uma aceleração menos expressiva, crescendo 4,8% (+0,7 p.p.).

Figura 2.4. Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho (MM3,VH)

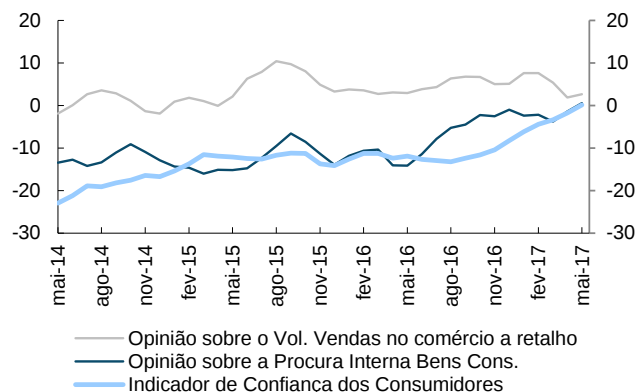


Fonte: INE.

Nos meses de abril e maio o indicador de confiança dos consumidores melhorou quando comparado com o primeiro trimestre do ano, renovando o seu máximo histórico. Em contrapartida a opinião dos consumidores relativa à oportunidade de aquisição de bens duradouros deteriorou-se.

Também os indicadores de opinião qualitativos de opinião dos empresários registaram uma evolução mista. Com efeito, o indicador de opinião dos empresários relativo à procura interna de bens de consumo melhorou, enquanto a opinião destes, relativa ao volume de vendas no comércio a retalho deteriorou-se ligeiramente.

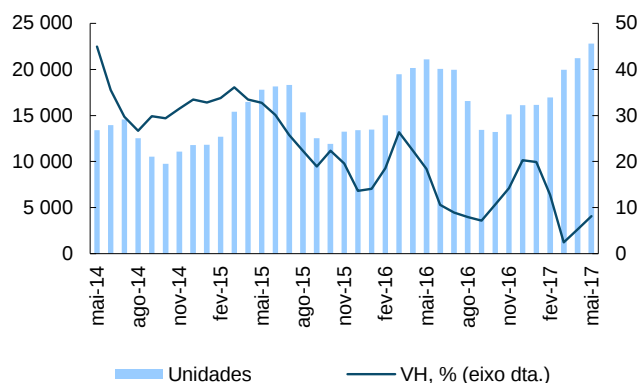
Figura 2.5. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores (SRE-VE, MM3)



Fonte: INE.

No mês de maio, as vendas de veículos ligeiros de passageiros ascenderam às 23 652 unidades, um incremento de 4 823 unidades face a abril e um crescimento de 13,4% em termos homólogos (17,8% em abril).

Figura 2.6. Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros (MM3)



Fonte: ACAP.

Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

Indicador	Unidade	Fonte	2016	2016				2017	2017				
				1T	2T	3T	4T		jan	fev	mar	abr	mai
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	INE	2,3	2,5	1,6	1,9	3,0	2,1	-	-	-	-	-
Indicador de Confiança dos Consumidores	SER-VE	"	-11,1	-11,3	-12,6	-12,4	-8,2	-3,4	-4,6	-4,0	-1,5	0,2	1,7
Confiança Comércio Retalho: Vendas últimos 3 meses	SER-VE	"	4,6	2,7	3,9	6,8	5,1	5,4	13,5	4,7	-2,1	3,2	7,0
Índice de Vol. De Negócios no Comércio a Retalho*	VH	"	2,9	1,9	2,2	3,3	4,2	2,8	2,2	1,4	4,9	4,9	:
Bens Alimentares	VH	"	4,0	3,4	3,5	5,1	3,9	1,1	-0,1	-0,1	3,6	3,4	:
Bens não alimentares	VH	"	2,2	0,9	1,4	2,0	4,5	4,1	4,0	2,5	5,9	6,1	:
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	ACAP	16,1	26,4	10,6	7,2	20,3	2,5	7,8	4,6	-1,8	17,8	13,4
Importação de Bens de Consumo***	VH	INE	5,5	4,5	5,3	5,9	6,3	6,9	9,9	0,2	10,5	1,3	:

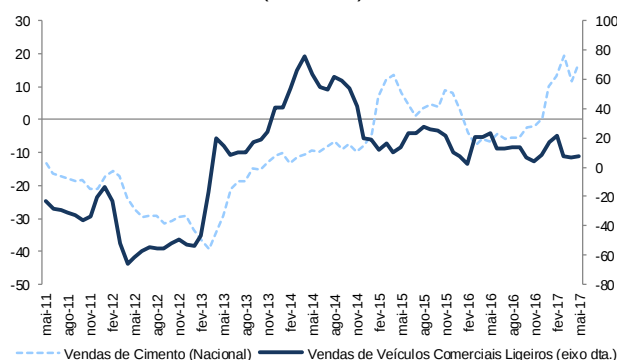
* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; ** Inclui veículos Todo-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300 Kg; *** Exclui material de transporte.

Investimento

Os dados disponíveis para o investimento no trimestre terminado em maio, mostram que, em termos médios homólogos:

- as vendas de veículos comerciais ligeiros aumentaram 7,4% (+0,8 p.p. face ao trimestre terminado em abril) acompanhadas pela variação de 9,1% na venda de veículos comerciais pesados, superior em 6,8 p.p. quando comparado com o mês precedente;
- as vendas de cimento registaram uma variação de 16,7% (11,4% em abril);

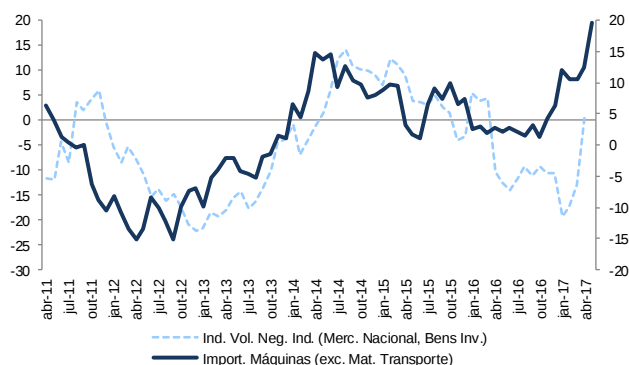
Figura 2.7. Vendas de Cimento e de Veículos Comerciais Ligeiros
(VH, MM3)



Fonte: ACAP, Secil, Cimpor.

O Indicador de Máquinas e Equipamentos do INE registou um crescimento homólogo de 10% no trimestre terminado em abril, o que representa uma diminuição de 5 p.p. face ao registado no 1.º trimestre de 2017.

Figura 2.8. Bens de Equipamento
(VH, MM3)

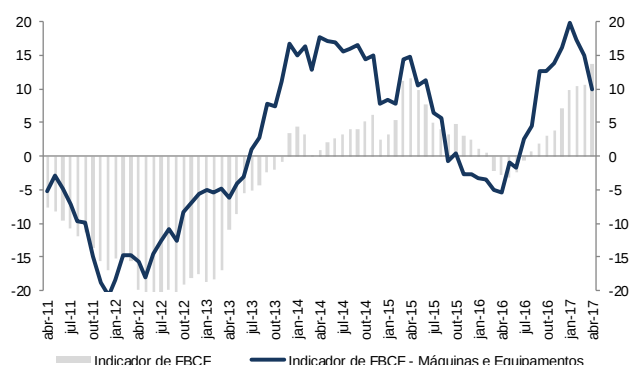


Fonte: INE.

Os dados quantitativos disponíveis relativos ao trimestre terminado em abril, mostram que, em termos médios homólogos:

- o Índice de Volume de Negócios da Indústria de Bens de Investimento para o mercado nacional registou uma variação de -1,7% (6,6% no 1.º trimestre de 2017);
- as importações de máquinas e outros bens de capital exceto material de transporte cresceram 15,1% (-4,6 p.p. face ao trimestre terminado em março de 2017).

Figura 2.9. Indicador de FBCF e Componentes
(VH, MM3)



Fonte: INE.

Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

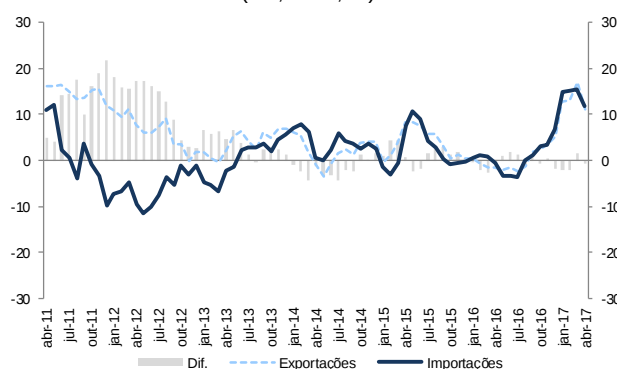
Indicador	Unidade	Fonte	2016	2016				2017	2017				
				1T	2T	3T	4T	1T	jan	fev	mar	abr	mai
FBC – CN Trimestrais	VH Real	INE	-0,6	-2,1	-2,2	-1,8	3,6	5,8	:	:	:	:	:
da qual, FBCF	VH Real	"	0,1	-2,6	-2,2	-0,1	5,2	9,1	:	:	:	:	:
Indicador de FBCF	VH/mm3	"	11	-2,2	-2,4	1,9	7,1	10,7	9,9	10,5	10,7	13,7	:
Vendas de Cimento	VH	SECIL e CIMPOR	-4,4	-7,8	-4,4	-5,6	0,2	19,2	28,5	7,8	22,0	3,6	23,9
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	ACAP	13,1	20,6	12,4	13,5	8,0	7,1	26,3	14,1	-7,2	20,4	15,5
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	"	20,6	36,9	23,3	5,2	18,8	-2,3	-10,7	-15,6	21,1	0,9	3,9
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	INE	-7,1	-10,3	-10,0	-1,5	-6,6	7,0	10,4	2,3	8,3	6,6	4,6
Licenças de Construção de fogos	VH	"	38,2	21,2	62,5	38,5	30,4	49,7	80,6	27,5	44,3	-2,7	:
Importações de Bens de Capital**	VH	"	7,1	2,2	1,2	12,0	12,5	19,7	26,1	9,3	24,1	11,1	:
Índice Vol. Negócios da IT de Bens de Inv.***	VH	"	-9,8	-11,7	-9,2	-19,4	1,0	6,6	22,3	-4,5	5,8	-6,5	:

* no Comércio por Grosso; ** excepto Material de Transporte; *** para o Mercado nacional

Contas Externas

Em termos médios homólogos nominais, os dados relativos ao comércio internacional de bens, divulgados pelo INE para o trimestre terminado em abril, apontam para um aumento das exportações de 11,1% e um aumento das importações em 11,8% (17,1% e 15,4% no 1.º trimestre de 2017).

Figura 2.10. Fluxos do Comércio Internacional
(VH, MM3, %)



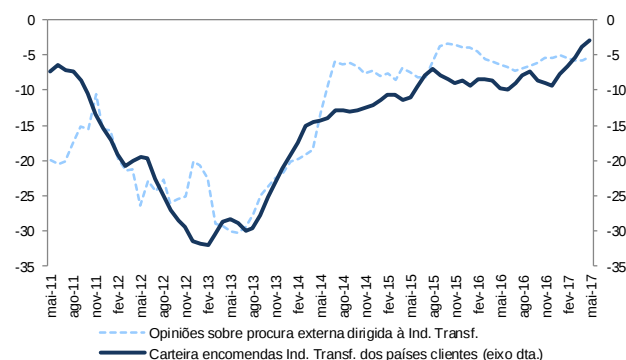
Fonte: INE.

Também para o trimestre terminado em abril, e em termos médios homólogos nominais:

- a componente extracomunitária das exportações cresceu 26,3% (-5,8 p.p. face ao 1.º trimestre de 2017). Já as exportações para o mercado intracomunitário aumentaram 6,6%, que compara com o crescimento de 12,8% registado no trimestre terminado em março de 2017.
- nas importações de bens, o mercado intracomunitário aumentou 7,9%, enquanto o mercado extracomunitário registou um crescimento de 26,5% em termos homólogos (12,7% e 25,2% no 1.º trimestre de 2017, respetivamente).
- a taxa de cobertura do comércio internacional de bens situa-se atualmente em 82,8% (83,4% em igual período de 2016).

No trimestre terminado em maio de 2017, as opiniões sobre a procura externa na indústria e a carteira de encomendas da indústria transformadora dos países clientes foram menos negativas que no trimestre anterior.

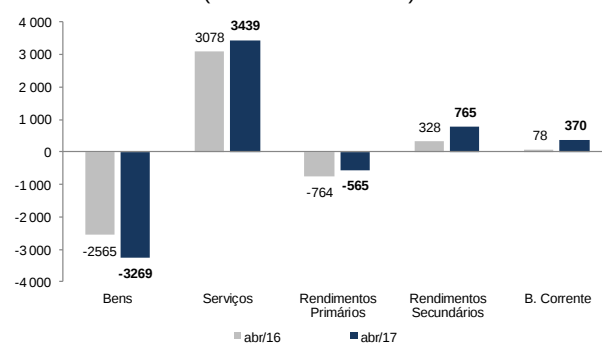
Figura 2.11. Procura Externa dirigida à Indústria



Fonte: INE.

Até abril de 2017, o saldo acumulado da balança corrente foi de 370 milhões de euros, o que representa uma melhoria de 293 milhões de euros, em termos homólogos. Este resultado traduz, essencialmente, um saldo mais positivo da balança de rendimentos secundários.

Figura 2.12. Balança Corrente: composição do saldo
(em milhões de euros)



Fonte: BdP.

No mesmo período, a balança corrente e de capital apresentou uma capacidade de financiamento de 823 milhões de euros (um aumento de 404 milhões de euros face ao mesmo período de 2016).

Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

Indicador	Unidade	Fonte	2016	2016				2017	2016	2017			
				1T	2T	3T	4T	1T	dez	jan	fev	mar	abr
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	INE	4,4	3,6	19	5,5	6,6	9,6	:	:	:	:	:
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	"	4,5	4,8	15	3,9	7,7	8,1	:	:	:	:	:
Saldo de Bens e Serviços*	% PIB	"	12	0,7	10	12	12	10	:	:	:	:	:
Capacidade de financiamento da economia*	% PIB	"	14	0,5	0,8	12	14	15	:	:	:	:	:
Saídas de Bens	VH nom	"	10	-15	-15	19	5,1	17,1	12,3	18,6	8,7	23,8	0,4
Entradas de Bens	VH nom	"	14	10	-3,4	13	6,9	15,4	13,8	22,5	9,4	14,9	10,8

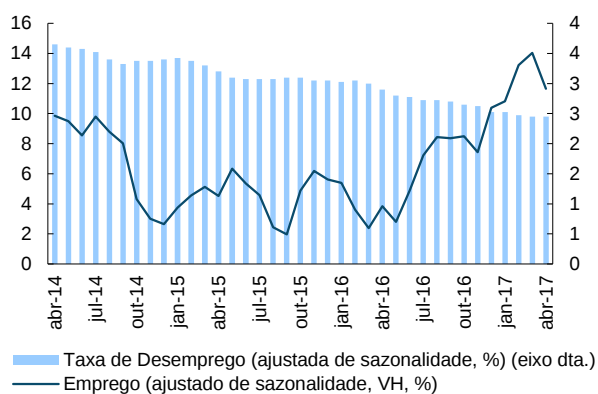
* Dados trimestrais referem-se ao ano terminado no respetivo trimestre.

Indicador	Unidade	Fonte	2016	2016				2017	2016	2017				Dif.
				1T	2T	3T	4T	1T	dez	jan	fev	mar	abr	
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 ⁶ euros	BdP	3 154	232	-491	2614	799	583	418					404
Saldo Balança de Bens	"	"	-9 076	-2004	-2067	-2305	-2699	-2222	-2565					-704
Saldo Balança de Serviços	"	"	13 141	2131	3082	4851	3077	2294	3078					360
Saldo Balança de Rendimentos Primários	"	"	-3 982	-347	-2388	-969	-279	-535	-764					199
Saldo Balança de Rendimentos Secundários	"	"	1474	152	555	336	430	653	328					437

Mercado de Trabalho

As estimativas do Instituto Nacional de estatística apontam para que a taxa de desemprego no trimestre centrado em abril se fixe nos 9,8%, permanecendo inalterada face à estimativa definitiva de março e menos 1,8 p.p. do que há um ano. Tal evolução resulta de um aumento homólogo do emprego de 2,9% (-0,6 p.p.), enquanto o desemprego caiu 15% (-17,7% em abril).

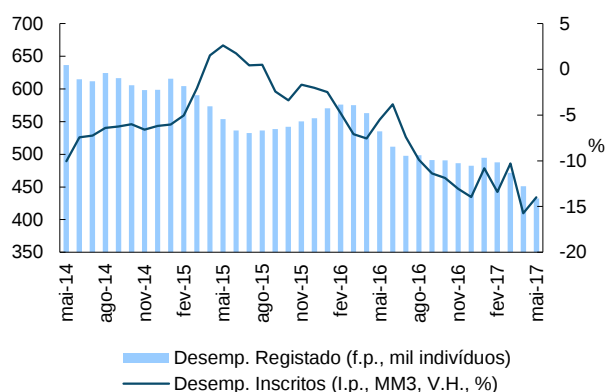
Figura 2.13. Taxa de desemprego e Emprego



Fonte: INE.

Já os dados do IEFP indicam que, no final de maio, encontravam-se inscritos nos centros de emprego cerca de 432 mil pessoas, o que afigura uma quebra de 19,2% face ao período homólogo. Já o desemprego inscrito ao longo do mês ascendeu aos cerca de 44 mil pedidos, uma redução homóloga de 12,9%.

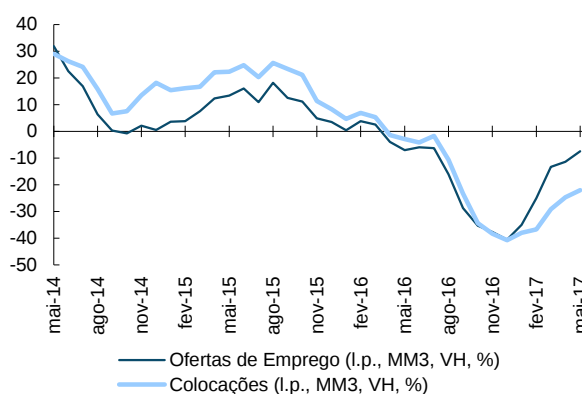
Figura 2.14. Desemprego



Fonte: IEFP.

Também em maio, o número de ofertas de emprego fixou-se nas cerca de 17 mil, mais 1,2% do que um ano antes, enquanto as colocações contraíram 25,6%, para cerca de 9 mil.

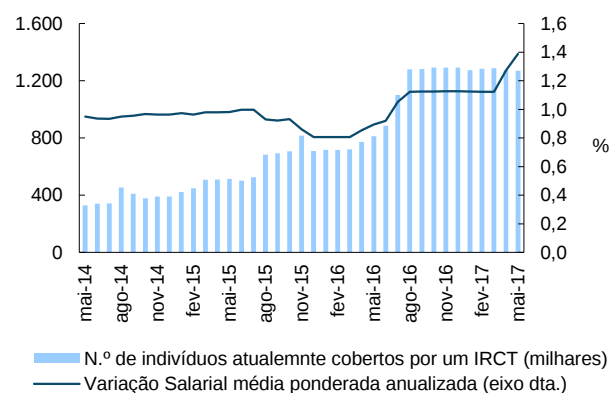
Figura 2.15. Ofertas de Emprego e Colocações
(MM3, VH)



Fonte: IEFP.

No final de maio, é estimado que cerca de 1,270 milhões de trabalhadores se encontrassem abrangidos por Instrumentos de Regulação Coletiva de Trabalho, um aumento de cerca de 56,1% face ao período homólogo. Já o aumento das remunerações médias implícitas ficou próximo dos 1,4%, acelerando 0,1 p.p. face a abril.

Figura 2.16. Contratação Coletiva



Fonte: MESS, estimativas GPEARI.

Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

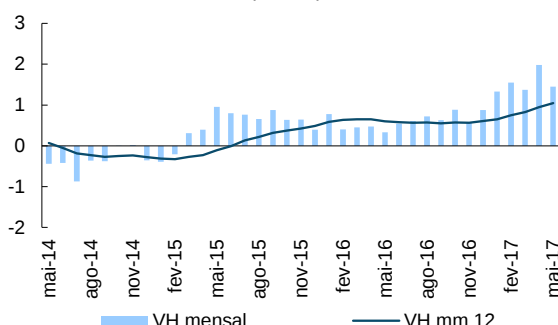
Indicador	Unidade	Fonte	2016	2016				2017	2017				
				1T	2T	3T	4T	1T	jan	fev	mar	abr	mai
Taxa de Desemprego*	%	INE	11,1	12,4	10,8	10,5	10,5	10,1	10,1	9,9	9,8	9,8	:
Emprego Total*	VH	"	1,2	0,8	0,5	1,9	1,8	3,2	2,7	3,3	3,5	2,9	:
Desemprego Registado (f.p.)	VH	IEFP	-13,1	-2,6	-4,7	-8,8	-13,1	-18,0	-13,3	-15,3	-18,0	-19,9	-19,2
Desempregados Inscritos (l.p.)	VH	"	-9,3	-7,1	-3,8	-11,4	-14,0	-10,3	-8,4	-18,0	-4,9	-24,8	-12,9
Ofertas de Emprego (l.p.)	VH	"	-17,1	2,6	-6,0	-28,7	-40,5	-13,3	-27,8	-9,9	-2,7	-23,0	1,2
Contratação Coletiva	VH	MSESS	1,1	0,8	0,9	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	1,3	1,4
Índice do Custo do Trabalho** - Portugal	VH	INE	1,4	0,1	2,1	2,6	0,6	2,6	-	-	-	-	-
Índice do Custo do Trabalho** - AE	VH	Eurostat	1,3	1,7	1,0	1,2	1,5	1,3	-	-	-	-	-

*Valores Trimestrais do Inquérito Trimestral ao Emprego. Valores mensais das Estimativas Mensais (ajustadas de sazonalidade). **Total, excluindo Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Atividade; f.p. - no fim do período; l.p. ao longo do período.

Preços

Em maio, o Índice de Preços no Consumidor (IPC) cresceu, em termos homólogos, 1,5%, desacelerando 0,5 p.p. face a abril. Em termos médios homólogos dos últimos 12 meses, o IPC cresceu 1%, mais 0.1 p.p. do que em abril.

Figura 2.17. Taxa de Variação do IPC
(VH, %)

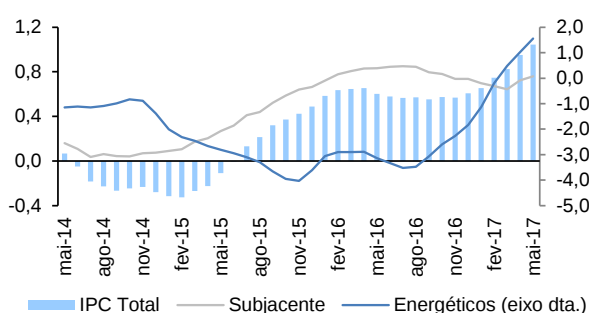


Fonte: INE.

O IPC dos bens aumentou 1%, menos 0,1 p.p. do que no mês precedente, enquanto o IPC dos serviços desacelerou 1,2 p.p., crescendo 2,1%.

Já o IPC excluindo produtos energéticos e alimentares não transformados (IPC subjacente), desacelerou também 0,5 p.p. para 1,2%, pelo que o diferencial face ao IPC total permaneceu inalterado nos 0,3 p.p.. Esta evolução resulta de uma desaceleração da componente energética, a qual foi compensada por uma aceleração da componente alimentar não transformada.

Figura 2.18. Taxa de Variação do IPC (Subjacente e Energéticos)
(MM12, VH, %)



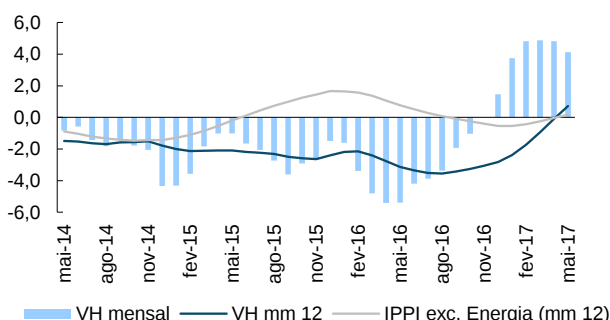
Fonte: INE.

As classes mais dinâmicas do IPC foram a Restauração e Hotelaria e a Comunicação, com um crescimento de 4,9% e 3,3%, respetivamente. Já o Vestuário (-1,8%) e os Acessórios para o Lar (-0,2%) foram as únicas categorias que registaram uma quebra. Importa também assinalar a forte desaceleração da componente dos Transportes (-3,5 p.p.), traduzindo essencialmente o desvanecimento do efeito Páscoa.

O Índice Harmonizado de Preços no Consumidor registou, em Portugal, uma variação homóloga de 1,7% (0,2 p.p. acima do IPC nacional e 0,7 p.p. abaixo do valor de abril), enquanto a zona euro apresentou uma variação de 1,4%, levando a que o diferencial entre as duas se fixasse nos 0,3 p.p..

O Índice de Preços na Produção Industrial (IPPI) cresceu, em termos homólogos, 4,1% em maio, desacelerando 0,7 p.p. face a abril.

Figura 2.19. Taxa de Variação do IPPI
(VH, %)



Fonte: INE.

Ao nível das secções industriais, as Indústrias de eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio foram as que registaram o maior aumento (14,7%), sendo de ressaltar que nenhuma secção, para os quais existem dados disponíveis, apresentou uma evolução negativa. Relativamente aos grandes agrupamentos industriais, os Bens de Consumo Duradouros apresentaram a evolução menos positiva, com um crescimento marginal de 0,1%, enquanto a Energia apresentou o maior aumento (16,3%). Com efeito, excluindo o efeito da Energia, o IPPI teria crescido 1,4% em maio, menos 0,3 p.p. do que em abril.

Quadro 2.6. Indicadores de Preços

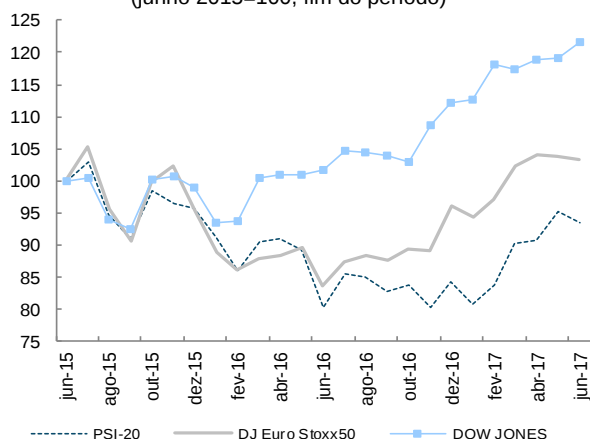
Indicador	Unidade	Fonte	2016	2016				2017				
				set	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai
Índice de Preços no Consumidor	VC	INE	:	0,7	0,3	-0,5	0,0	-0,6	-0,2	1,8	1,0	-0,2
Índice de Preços no Consumidor	VH	INE	0,6	0,6	0,9	0,6	0,9	1,3	1,6	1,4	2,0	1,5
Índice de Preços no Consumidor	VM12	"	:	0,6	0,6	0,6	0,6	0,7	0,7	0,8	0,9	1,0
IPC - Bens	VH	"	0,0	0,1	0,1	0,1	0,6	1,4	1,7	1,5	1,1	1,0
IPC - Serviços	"	"	1,5	1,4	1,9	1,3	1,3	1,3	1,4	1,2	3,3	2,1
IPC Subjacente*	"	"	0,7	0,5	0,7	0,4	0,5	0,5	0,6	0,6	1,7	1,2
Índice de Preços na Produção industrial	VH	"	-2,8	-1,9	-1,0	0,0	1,5	3,7	4,8	4,9	4,8	4,1
IHPC	"	"	0,6	0,7	1,1	0,5	0,9	1,3	1,6	1,4	2,4	1,7
Diferencial IHPC PT vs. AE	p.p.	Eurostat	0,4	0,3	0,6	-0,1	-0,2	-0,5	-0,4	-0,1	0,5	0,3

* IPC subjacente exclui os bens alimentares não transformados e energéticos.

Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

Globalmente, no 1.º semestre de 2017, os índices bolsistas internacionais registaram uma evolução bastante favorável, beneficiando especialmente os EUA (influenciado pela perspetiva de uma evolução positiva da economia) e alguns países periféricos da área do euro. Assim, em junho de 2017 e, no dia 27, face ao final de 2016, os índices *Dow Jones* e *Euro Stoxx50* apreciaram-se 8,4% e 7,5%, respetivamente.

Figura 2.20. Índices Bolsistas
(junho 2015=100, fim do período)

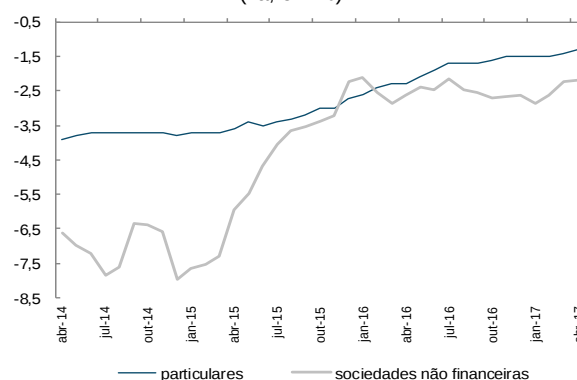


Fontes: CMVM; Finance Yahoo. Para junho, o valor é do dia 27.

No mercado acionista português, apesar de algum recuo em junho de 2017, observou-se ao longo do 1.º semestre, uma subida superior à dos índices europeus, destacando-se os ganhos obtidos no setor financeiro. Com efeito, o índice PSI-20 valorizou-se de 11%, a 27 de junho face ao final de 2016 (invertendo a quebra registada no ano transato).

Em abril de 2017, a taxa de variação anual dos empréstimos ao setor privado não financeiro foi de -1,6% em termos anuais (-1,7% no mês precedente). Esta melhoria deveu-se à evolução mais favorável do crédito destinado aos particulares; já que o crédito atribuído às empresas não financeiras manteve-se em -2,2%.

Figura 2.21. Empréstimos ao Setor Privado
(va, em %)

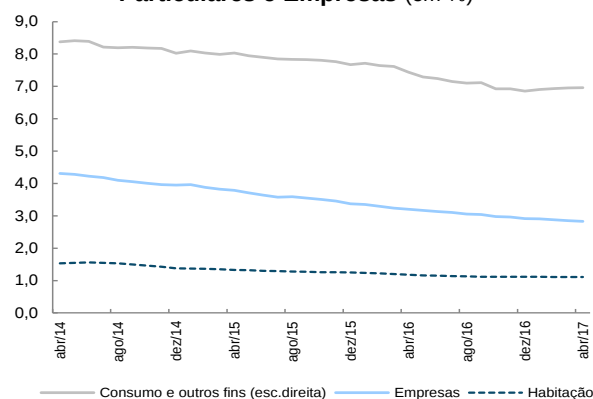


Fonte: Banco de Portugal.

No crédito destinado aos particulares, a melhoria registada (de -1,4% em março de 2017, para -1,3% em abril) foi extensível a todos os segmentos, com destaque para o fortalecimento dos empréstimos destinados ao consumo, os quais aumentaram para 12,4% (12,1% no mês precedente).

Em abril de 2017, as taxas de juro das operações do crédito diminuíram para as empresas, para se situarem em 2,8% (-8 pontos base face a dezembro de 2016). Já para os particulares, as taxas de juro subiram, refletindo o ligeiro aumento dos juros do crédito no segmento do consumo e outros fins; já que os respeitantes à habitação mantiveram-se em 1,1%.

Figura 2.22. Taxas de Juro de Empréstimos a Particulares e Empresas (em %)



Fonte: Banco de Portugal.

Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

Indicador	Unidade	Fonte	2016	2016				2017				
				set	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai
Yield OT 10 anos PT*	%	IGCP	3,7	3,3	3,3	3,7	3,7	4,1	3,9	4,0	3,5	3,0
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha*	p.b.	"	354	344	346	341	354	365	365	366	321	272
PSI 20*	VC	CMVM	-119	-2,4	12	-4,2	5,0	-4,4	3,9	7,7	0,5	5,1
Empréstimos a particulares: - para habitação	va**	BP	-2,9	-3,0	-3,1	-3,0	-2,9	-2,9	-2,8	-2,7	-2,6	:
- para consumo	va**	"	12,6	10,7	13,2	13,2	12,6	12,2	11,8	12,1	12,4	:
Empréstimos a empresas	va**	"	-2,6	-2,5	-2,7	-2,6	-2,6	-2,9	-2,6	-2,2	-2,2	:
Taxa de Juro de empréstimos p/ habitação*	%	"	1,12	1,12	1,12	1,12	1,12	1,12	1,11	1,11	1,11	:
Taxa de Juro de empréstimos p/ empresas*	%	"	2,91	3,04	2,98	2,96	2,91	2,91	2,88	2,85	2,83	:

* Fim de período; ** Variação anual. Nota: As taxas de variação anual são calculadas com base na relação entre saldos de empréstimos bancários em fim de mês, ajustados de operações de titularização, e transações mensais, as quais são calculadas a partir de saldos corrigidos de reclassificações, de abatimentos ao activo e de reavaliações cambiais e de preço.

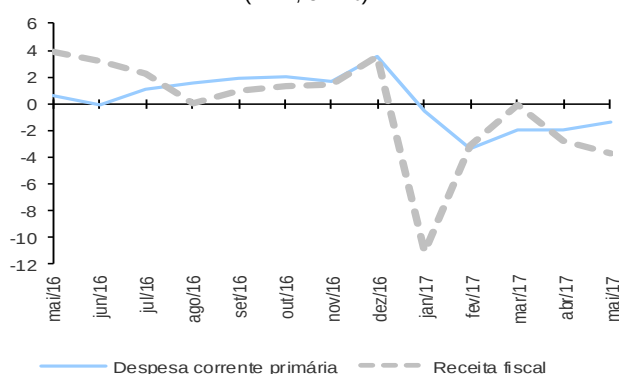
Finanças Públicas

O sector das Administrações Públicas registou, no final de maio, um saldo global negativo de 698 milhões de euros¹, valor que representa um agravamento de 359 milhões de euros relativamente ao período homólogo do ano anterior. Na base deste resultado esteve o aumento de 0,2%² da receita efetiva, significativamente inferior ao aumento concomitante da despesa efetiva (1,4%). No mesmo período, o saldo primário apresenta um excedente de 2.700 milhões de euros. Os subsectores das Administrações Públicas contribuíram de forma diferente para aquele valor do saldo global: os défices observados na Administração Central (2509 milhões de euros) e na Administração Regional (78 milhões de euros) ultrapassaram os excedentes registados na Administração Local (603 milhões de euros) e na Segurança Social (1.286 milhões de euros).

Estado

A execução orçamental do subsector Estado encerrou o mês de maio com um saldo global negativo de 2.778 milhões de euros, valor que representa uma melhoria de 503 milhões de euros relativamente ao mês anterior, mas que comporta um agravamento de 515 milhões de euros em termos homólogos. O saldo primário, em contrapartida, registou um excedente de 192 milhões de euros, significativamente inferior ao verificado no mês homólogo.

Figura 2.23. Execução Orçamental do Estado
(VHA, em %)



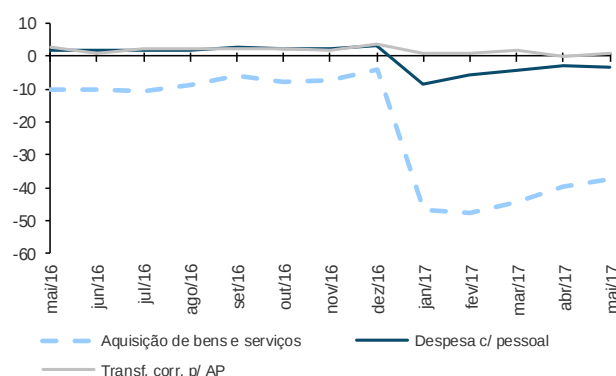
Fonte: DGO.

Para a referida evolução do saldo global contribuiu a redução da receita efetiva em 3,8% em relação ao período homólogo do ano anterior, superior à diminuição de 0,8% verificada na despesa efetiva. O grau de execução da receita efetiva (39,8%) situou-se abaixo da execução da despesa efetiva (40,2%).

Na evolução da receita efetiva destaca-se a redução de 13,1% na cobrança dos impostos diretos. A receita com origem nos impostos indiretos registou um aumento de 3,0%.

Quanto à despesa efetiva, verificam-se reduções em termos homólogos³ da despesa com a *Aquisição de Bens e Serviços* (37,5%), das *Despesas com o Pessoal* (3,2%) e da despesa com *Juros e Outros Encargos* (2,8%).

Figura 2.24. Despesa do Estado – principais componentes
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Quadro 2.8. Execução Orçamental do Estado

	2016	2017	2016	2017	2017			
	jan a mai		jan a mai		fev	mar	abr	mai
	10^6 euros		grau de execução (%)		VHA (%)			
Receita Efetiva	17 582	16 910	38,8	36,9	-4,5	-1,1	-3,6	-3,8
Receita corrente	17 509	16 860	38,8	37,0	-4,2	-0,8	-3,4	-3,7
Impostos diretos	6 530	5 672	36,3	31,2	-10,0	-6,2	-9,2	-13,1
Impostos indiretos	9 295	9 574	40,3	41,2	1,1	3,9	1,5	3,0
Despesa Efetiva	19 844	19 687	38,5	37,6	-3,0	-1,7	-0,5	-0,8
Despesa corrente primária	16 373	16 156	38,8	37,0	-10,0	3,9	-0,5	-1,3
Despesa corrente	19 428	19 126	39,1	38,1	-3,0	-2,0	-1,0	-1,6
Despesa com pessoal	3 627	3 512	39,9	39,5	-5,5	-4,1	-2,9	-3,2
Aquisição bens e serviços	483	302	28,0	14,4	-47,7	-44,3	-39,4	-37,5
Subsídios	29	10	21,3	9,3	-57,9	-66,7	-51,0	-66,7
Juros	3 055	2 970	40,5	39,4	-1,1	-2,2	3,7	-2,8
Transferências corr. p/ AP	10 976	11 102	40,2	39,8	1,1	2,1	0,1	1,1
Saldo Global	-2 262	-2 778	-	-	-	-	-	-
Saldo Primário	792	192	-	-	-	-	-	-

Fonte: DGO.

¹ Exceto se for referido o contrário, os valores indicados foram apurados numa base de caixa.

² Exceto se for referido o contrário, as variações em percentagem referem-se ao período homólogo do ano anterior.

³ Parcialmente explicada pela transferência da ADSE do subsector Estado para o subsector dos Serviços e Fundos Autónomos.

Serviços e Fundos Autónomos, (SFA) incluindo as Empresas Públicas Reclassificadas (EPR)

A execução orçamental dos SFA até ao fim do mês de maio (incluindo o SNS e as EPR) revelou um saldo global positivo de 269 milhões de euros. Este saldo representa uma melhoria de 114 milhões de euros relativamente ao mês anterior, mas é inferior em 144 milhões de euros ao saldo global registado no período homólogo.

Para este resultado terá contribuído um aumento da receita efetiva de 4,6%, inferior ao aumento da despesa efetiva de 6,2%.

No aumento da receita efetiva destaca-se o aumento de 2,2% das receitas provenientes das transferências correntes das Administrações Públicas, que terá compensado a redução de 4,1% das receitas registadas na rubrica *Contribuições para a SS, CGA e ADSE*. Quanto à despesa efetiva, a sua evolução foi dominada pelos aumentos de 14,5%¹ e de 5,7% registados, respetivamente, nas despesas com a *Aquisição de Bens e Serviços* e nas *Despesas com o Pessoal*. O grau de execução da receita efetiva foi superior ao da despesa efetiva em 1 pp.

As EPR contribuíram para o saldo global dos SFA com um défice de 445 milhões de euros. Este valor compara com o saldo negativo de 326 milhões de euros registados no período homólogo.

Serviço Nacional de Saúde (SNS)

No final de maio de 2017, a execução orçamental do SNS (ótica dos compromissos) registou, um saldo global negativo de 151 milhões de euros, valor que compara com o défice de 119 milhões de euros registado no período homólogo do ano anterior.

A receita efetiva do SNS registou um aumento de 3,8%, associado, fundamentalmente, a um crescimento de 4,2% verificado na rubrica *Outras receitas correntes*, onde se incluem as transferências do OE. Quanto à despesa efetiva mostra um crescimento de 4,5%, decorrente dos aumentos de 4,6% das *Despesas com o Pessoal* e de 5,2% dos gastos com a *Aquisição de Bens e Serviços*.

Caixa Geral de Aposentações (CGA)

No período em análise, a execução orçamental da CGA traduziu-se num saldo global positivo de 21 milhões de euros, valor que compara com o excedente de 107 milhões de euros registado no período homólogo do ano anterior.

O total da receita efetiva da CGA apresenta uma diminuição de 5,9%, assente, principalmente, nas reduções verificadas nas rubricas *Comparticipação do Orçamento do Estado* (menos 7,5%) e *Quotas e Contribuições* (menos 4,3%). A despesa efetiva mostra, por seu lado, uma diminuição de 3,8%, decorrente da redução de 3,9% do montante da rubrica *Pensões*.

Quadro 2.9. Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos

Quadro 2.3: Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos

	Serviços e Fundos Autónomos				dos quais: Empresas Públicas Reclassificadas			
	2016	2017			2016	2017		
	jan a mai				jan a mai			
	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	Grau de execução (%)	VHA (%)	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	Grau de execução (%)	VHA (%)
Receita Efetiva	10 972	11479	37,7	4,6	3 181	3 453	36,9	8,6
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	1555	1492	38,1	-4,1	-	-	-	
Transferências correntes das Adm. Públicas	6 611	6 755	39,7	2,2	214	296	30,0	38,5
Despesa Efetiva	10 560	11210	36,7	6,2	3 506	3 898	37,0	11,2
Despesa com pessoal	2 444	2 583	36,8	5,7	1402	1455	38,0	3,8
Aquisição de bens e serviços	2 480	2 839	40,9	14,5	1124	1158	35,7	3,0
Transferências correntes	4 278	4 136	36,6	-3,3	22	35	44,8	57,2
Saldo Global	412	269	-	-	- 326	- 445	-	-

Fonte: DGO.

Quadro 2.10. Execução Financeira do SNS e Orçamental da CGA

	Serviço Nacional de Saúde					Caixa Geral de Aposentações			
	2016		2017			2016		2017	
	jan a mai					jan a mai			
	10 ⁶ euros		VHA (%)	Grau de execução (%)		10 ⁶ euros		VHA (%)	Grau de execução (%)
Receita Efetiva	3 568	3 704	3,8	41,7	Receita Efetiva	3 885	3 654	-5,9	37,3
Receita fiscal	59	56	-4,1	43,0	Contribuições p/ a CGA	1 553	1 489	-4,1	38,1
Outra receita corrente	3 495	3 641	4,2	42,0	Quotas e contribuições	1 512	1 448	-4,3	38,0
Receita de capital	15	7	-52,3	9,0	Transferências correntes do OE	2 017	1 871	-7,2	37,1
Despesa Efetiva	3 687	3 855	4,5	42,2	Comparticipação do OE	1 919	1 775	-7,5	37,1
Despesa com pessoal	1 552	1 623	4,6	44,0	Compensação por pagamento de pensões	98	96	-1,8	41,5
Aquisição de bens e serviços	2 056	2 162	5,2	41,5	Despesa Efetiva	3 778	3 633	-3,8	37,1
Despesa de capital	30	18	-39,9	16,5	Pensões	3 705	3 561	-3,9	37,1
Saldo Global	- 119	- 151	-	-	Saldo Global	107	21	.	.

Fontes: Administração Central do Sistema de Saúde e DGO.

¹ Ver nota de rodapé 3.

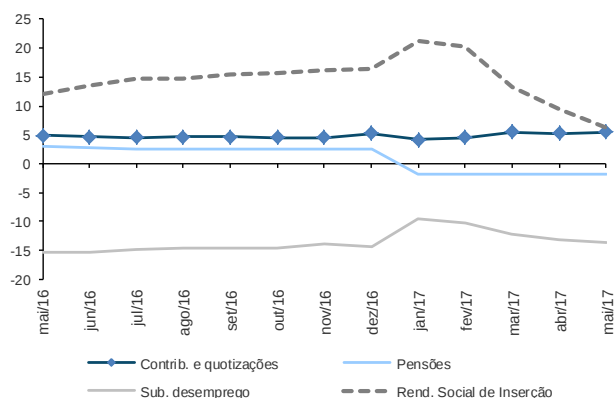
Segurança Social

A execução orçamental do subsector da Segurança Social no mês de maio caracterizou-se por um saldo global de 1.286 milhões de euros, representando uma melhoria de 211 milhões de euros face ao mês anterior e de 371 milhões de euros em relação ao mês homólogo.

Para esta evolução terá contribuído o crescimento de 3,3% da receita efetiva que compara com uma redução de 0,3% da despesa efetiva.

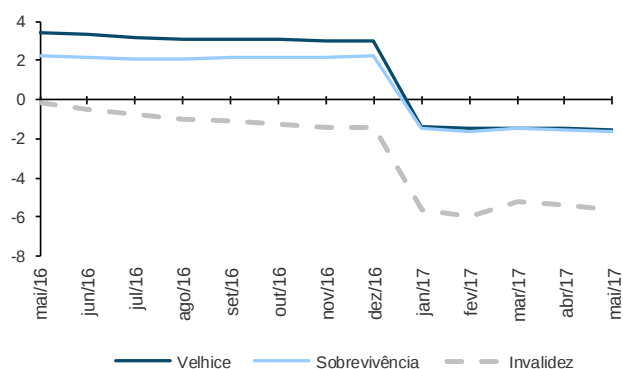
No crescimento da receita efetiva destaca-se o crescimento da receita com origem nas *Contribuições e quotizações* (5,5%) e da receita resultante das *Transferências correntes da Administração Central* (7,5%). A redução da despesa com *Pensões* (1,9%) e a redução da despesa com o *Subsídio de Desemprego e Apoio ao Emprego* (13,5%) terão marcado a redução da despesa efetiva, apesar do aumento em 7,4% da despesa com *Prestações e Ação Social*.

Figura 2.25. Execução Orçamental da Seg. Social
(VHA, em %)



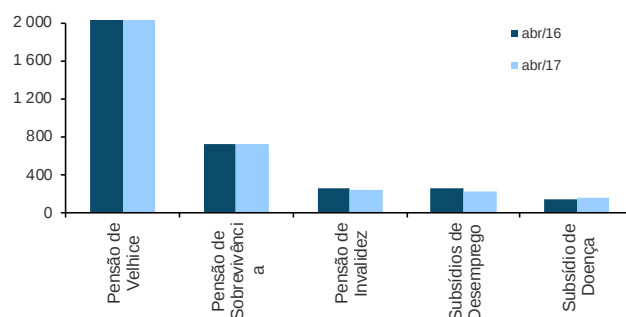
Fonte: DGO.

Figura 2.26. Despesa em Pensões da Seg. Social
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Figura 2.27. Número de Pensões e Subsídios Atribuídos
(milhares, em final do mês)



Fonte: MTSS.

Quadro 2.11. Execução Orçamental da Segurança Social

	Segurança Social			
	2016	2017		
	jan a mai			
	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Grau de execução (%)
Receita Efetiva	10 259	10 601	3,3	39,5
Contribuições e quotizações	5 852	6 172	5,5	40,1
Transferências correntes da Administração Central *	3 434	3 691	7,5	41,4
Despesa Efetiva	9 345	9 315	-0,3	36,2
Pensões	6 009	5 895	-1,9	36,5
Pensões de velhice do reg. subst. bancário	206	202	-2,1	42,4
Subsídio de desemprego e apoio ao emprego	673	582	-13,5	39,7
Prestações e ação social	1 644	1 765	7,4	39,8
Saldo Global	915	1 286	-	-

Fonte: DGO.

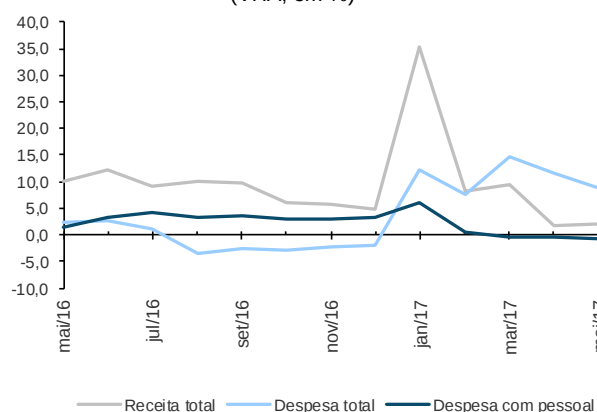
Administração Regional

A execução orçamental no fim do mês de maio do subsector da Administração Regional registou um saldo negativo de 78 milhões de euros (um agravamento de 34 milhões de euros e de 62 milhões de euros relativamente ao mês anterior e ao mês homólogo, respetivamente).

A receita efetiva cresceu 2,2% em termos homólogos baseada no crescimento das transferências (correntes e de capital)¹ em 5,2% e no crescimento de 0,4% das *Receitas Fiscais*.

A despesa efetiva, por sua vez, aumentou 8,7% em termos homólogos, essencialmente explicado pelo aumento da despesa com a *Aquisição de Bens e Serviços* (15,1%) e da despesa de *Investimento* (31,4%).

Figura 2.28. Execução Orçamental da Administração Regional
(VHA, em %)



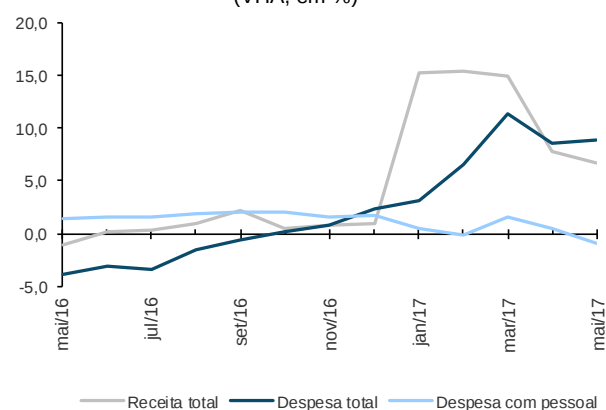
Fonte: DGO.

Administração Local

A execução orçamental do subsector da Administração Local seguiu uma trajetória distinta: em maio o saldo global foi positivo e da ordem dos 603 milhões de euros, praticamente ao nível do saldo registado no período homólogo do ano anterior. Este saldo global representa, entretanto, uma melhoria de 440 milhões de euros relativamente ao mês anterior.

Até maio a receita efetiva tinha crescido 6,7%, valor abaixo do crescimento de 8,9% da despesa efetiva. A evolução da receita efetiva reflete o aumento de 10,1% registado nos *Impostos Locais* e o crescimento de 2,0% das receitas com origem em *Transferências Correntes*. Na despesa efetiva destaca-se o elevado crescimento das despesas com o *Investimento* (50,9%). As despesas com *Transferências Correntes* e a despesa com a *Aquisição de Bens e Serviços* registaram crescimentos de 2,9% e 5,3%, respetivamente, enquanto as *Despesas com o Pessoal*, apresentaram uma redução ligeira (0,9%).

Figura 2.29. Execução Orçamental da Administração Local
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Quadro 2.12. Execução Orçamental das Administrações Local e Regional

	Administração Regional			Administração Local		
	2016	2017		2016	2017	
	jan a mai			jan a mai		
	10 ⁶ euros		VHA (%)	10 ⁶ euros		VHA (%)
Receita Efetiva	929	949	2,2	2 913	3 108	6,7
Impostos	531	533	0,4	1 122	1 235	10,1
Transferências correntes	207	217	-	1 052	1 073	2,0
Despesa Efetiva	945	1 027	8,7	2 300	2 505	8,9
Pessoal	385	382	-0,8	876	868	-0,9
Aquisição de bens e serviços	234	270	15,1	762	803	5,3
Transferências correntes	88	78	-10,8	235	242	2,9
Investimento	43	56	31,4	262	395	50,9
Saldo global	- 16	- 78	-	613	603	-

Fonte: DGO.

¹ Com a entrada em vigor do OE2016, em março de 2016, as transferências recebidas da Administração Central passaram a ser registadas como transferências correntes em vez de transferências de capital.

Dívida Pública

Dívida Pública das Administrações Públicas (ótica de Maastricht)

A dívida do sector das Administrações Públicas (critério de Maastricht) atingiu em abril o montante de 247.437 milhões de euros. Esta evolução representa um aumento em relação ao mês anterior de 3.924 milhões de euros (1,6%) e um aumento de 6.376 milhões de euros (2,6%) face ao final de 2016.

Manteve-se sem alterações significativas a estrutura da dívida do setor, com a Administração Central a deter o maior peso e a ser a responsável pela principal variação. A Administração Regional e Local mantiveram a trajectória de redução do valor da sua dívida, quer em relação ao mês anterior, quer no que diz respeito a dezembro de 2016.

No mesmo período, os depósitos detidos pela Administração Central atingiram o montante de 19.836 milhões de euros. Deste modo, o stock líquido da dívida regista um valor de 227.601 milhões de euros.

Quadro 2.13. Dívida das Administrações Públicas
(milhões de euros)

	2016 dez	2017 mar	2017 abr
Administrações Públicas	241 061	243 513	247 437
Por subsector:			
Administração Central	243 675	247 078	251 500
Administração Regional e Local	10 545	10 530	10 411
Segurança Social	1	1	1
Consolidação entre subsectores	13 160	14 095	14 475
por memória:			
Depósitos da Administração Central	17 180	17 010	19 836

Fonte: Banco de Portugal.

Dívida não Financeira das Administrações Públicas

Quadro 2.14. Dívida não Financeira das AP
(milhões de euros)

	2016 Dez	2017 abr	2017 mai
Administrações Públicas	1 812	2 134	2 121
Por subsector:			
Administração Central	313	428	448
Administração Regional	409	384	381
Administração Local	1 090	1 322	1 292
Segurança Social	0	0	0

Fonte: DGO.

A dívida não financeira das Administrações Públicas atingiu em maio o montante de 2.121 milhões de euros, correspondendo a uma ligeira redução relativamente ao mês anterior. Já quando comparado com o final de dezembro último, o valor da dívida em maio representa um aumento de 309 milhões de euros (17%).

O subsector da Administração Local mantém o seu peso relativo na estrutura da dívida não financeira (cerca de 61%).

Quadro 2.15. Pagamentos em Atraso
(milhões de euros)

	2016 Dez	2017 abr	2017 mai
Administrações Públicas	851	987	1 007
Por subsector:			
Administração Central (excl. saúde)	17	17	20
SNS	6	3	4
Hospitais EPE	544	703	739
Empresas Públicas Reclassificadas	13	11	12
Administração Regional	120	106	103
Administração Local	150	147	128
Segurança Social	0	0	0
Outras Entidades	3	1	1
Empresas públicas não reclassificadas	3	1	1
Adm. Públicas e outras entidades	854	987	1 007

Fonte: DGO.

O valor dos pagamentos em atraso no sector das Administrações Públicas aumentou 20 milhões de euros relativamente ao mês anterior (o equivalente a cerca de 2%). O valor registado (1.007 milhões de euros), no entanto, significa um agravamento de 156 milhões de euros

relativamente ao mês de dezembro de 2016.

Os hospitais EPE continuam a ser os principais responsáveis pelo aumento dos pagamentos em atraso relativamente ao final do ano anterior (mais 195 milhões de euros, correspondendo a um aumento de 35,9%). De facto, no final de maio, os hospitais EPE são responsáveis por 73,5% do total dos pagamentos em atraso (cerca de 64% em dezembro de 2016). Em contrapartida, o SNS, a Administração Regional e a Administração Local continuaram, em maio, a reduzir o valor dos seus pagamentos em atraso.

Dívida Direta do Estado

No final de maio, a dívida direta do Estado registou o valor de 243.597 milhões de euros, representando uma redução de 424 milhões de euros (0,2%) face ao mês anterior. A dívida relacionada com o Programa de Assistência Económica e Financeira reduziu-se em 237 milhões de euros (0,4%).

A estrutura da dívida não sofreu alterações significativas, continuando a dívida transacionável a deter o maior peso relativo (58,9% do total). A importância relativa das obrigações do Tesouro (OT) na estrutura da dívida transacionável manteve-se, também, praticamente inalterada (81,5%). A dívida associada ao PAEF continuou a representar a segunda componente mais importante da dívida total (27%).

Quadro 2.16. Movimento da Dívida Direta do Estado
(milhões de euros)

	30/abr/17	mai/17			31/mai/17
	Saldo	Emissões	Amortiz.	Outros	Saldo
Transacionável	143 198	2 767	223	6	143 503
da qual: Bilhetes do Tesouro	16 322	1 567	0	0	15 564
da qual: Obrigações Tesouro	115 675	:	223	10	116 899
Não Transacionável	34 806	2 504	2 111	-	34 314
da qual: Cert.Aforro e do Tesouro	25 215	401	62	0	25 439
da qual: CEDIC e CEDIM	6 394	1 863	1 449	0	6 330
Prog. de Ajustamento Económico	66 017	0	0	- 19	65 780
Total	244 020	5 271	2 334	- 13	243 597

Fonte: IGCP.

Emissões e Amortizações de Dívida

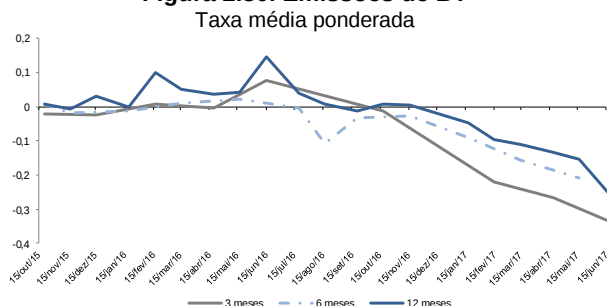
Durante o mês de junho, o IGCP, E.P.E. realizou duas emissões de Bilhetes do Tesouro, com as seguintes características:

- No dia 21 colocou um montante de 250 milhões de euros (não houve colocação de qualquer montante na fase não competitiva), com maturidade em setembro de 2017 e uma taxa média ponderada de colocação de -0,337% (-0,219% na última colocação para o mesmo prazo);
- na mesma data, um montante de 1.047 milhões de euros (inclui fase competitiva), com maturidade em maio de 2018, e uma taxa média ponderada de colocação de -0,264% (-0,153% para a mesma maturidade na última colocação).

No mês de junho foram ainda realizadas duas colocações de Obrigações do Tesouro com as seguintes características:

- no dia 16, um montante de 500 milhões de euros (não houve colocação de qualquer montante na fase não competitiva), com maturidade em outubro de 2022 e uma taxa de colocação de 1,198% (1,828% na última colocação para um prazo equivalente);
- na mesma data, um montante de 750 milhões de euros (não houve colocação de qualquer montante na fase não competitiva), com maturidade em abril de 2027 e uma taxa de 2,851%. Esta taxa é inferior à taxa da última colocação para um prazo equivalente (3,386%).

Figura 2.30. Emissões de BT



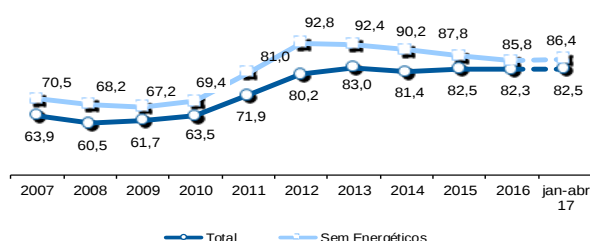
Fonte: IGCP.

3. Comércio Internacional ^[1]

Evolução global ^[2]

De acordo com os resultados preliminares recentemente divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, nos primeiros quatro meses de 2017, as exportações de mercadorias cresceram 12,8%, em termos homólogos, enquanto as importações aumentaram 14,2% ^[3]. Nesse período, o défice da balança comercial de mercadorias (fob/cif) agravou-se 21,4%. Excluindo os produtos energéticos, as exportações cresceram 9,8% e as importações 10,1%, em termos homólogos (Quadro 3.1).

Figura 3.1. Evolução da Taxa de Cobertura (fob/cif) das Importações pelas Exportações de Mercadorias (%)



Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Quadro 3.1. Evolução da Balança Comercial (valores acumulados)

Intra + Extra-EU (milhões de Euros)	janeiro a abril			VH	
	2016	2017	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	16.095	18.157	12,8	11,1	5,7
Importações (cif)	19.264	22.005	14,2	11,8	6,2
Saldo (fob-cif)	-3.169	-3.848	21,4	15,4	8,2
Cobertura (fob/cif)	83,6	82,5	-	-	-
Sem energéticos:					
Exportações (fob)	15.274	16.764	9,8	7,9	5,5
Importações (cif)	17.622	19.404	10,1	8,6	6,9
Saldo (fob-cif)	-2.348	-2.640	12,4	13,2	16,6
Cobertura (fob/cif)	86,7	86,4	-	-	-
Extra-EU (milhões de Euros)					
				Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	3.615	4.619	27,8	26,3	5,4
Importações (cif)	4.109	5.343	30,0	26,5	7,1
Saldo (fob-cif)	-494	-723	46,5	27,7	27,8
Cobertura (fob/cif)	88,0	86,5	-	-	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:
Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Nos primeiros quatro meses de 2017, as exportações representaram 82,5% das importações, o que se traduziu num decréscimo da taxa de cobertura das importações pelas exportações (-1,1 p.p.), em termos homólogos. Excluindo os produtos energéticos, as exportações passaram a representar 86,4% das importações (-0,3 p.p. que em igual período do ano transato).

Quadro 3.2. Balança Comercial: mês de abril

	Valores em milhões de Euros		
	2016	2017	TVH
Intra+Extra UE			
Exportações (fob)	16 095	18 157	12,8
Importações (cif)	19 264	22 005	14,2
Saldo (fob-cif)	- 3 169	- 3 848	21,4
Cobertura (fob/cif)	83,6	82,5	-
Intra UE			
Exportações (fob)	12 480	13 538	8,5
Importações (cif)	15 155	16 663	9,9
Saldo (fob-cif)	- 2 675	- 3 125	16,8
Cobertura (fob/cif)	82,3	81,2	-
Extra UE			
Exportações (fob)	3 615	4 619	27,8
Importações (cif)	4 109	5 343	30,0
Saldo (fob-cif)	- 494	- 723	46,5
Cobertura (fob/cif)	88,0	86,5	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Nos primeiros quatro meses de 2017, o défice da balança comercial de mercadorias Intra UE agravou-se 16,8% em termos homólogos, com as exportações de mercadorias a crescerem 8,5% e as importações 9,9%. O défice da balança comercial de mercadorias Extra UE agravou-se 46,5% (Quadro 3.2).

Quadro 3.3. Evolução Mensal e Trimestral

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	IMPORTAÇÕES (Cif)			EXPORTAÇÕES (Fob)		
	2016	2017	TVH	2016	2017	TVH
jan	4 365	5 348	22,5	3 677	4 361	18,6
fev	4 714	5 159	9,4	4 026	4 375	8,7
mar	5 311	6 099	14,9	4 248	5 259	23,8
abr	4 874	5 400	10,8	4 145	4 161	0,4
mai	5 158			4 223		
jun	5 393			4 469		
jul	5 065			4 484		
ago	4 656			3 486		
set	5 367			4 427		
out	5 238			4 363		
nov	5 497			4 685		
dez	5 495			4 082		
1º Trim	14 390	16 606	15,4	11 951	13 996	17,1
2º Trim	15 426			12 837		
3º Trim	15 088			12 396		
4º Trim	16 230			13 130		

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

[1] Informação mais desagregada pode ser consultada em www.gee.min-economia.pt ("Síntese Estatística do Comércio Internacional, n.º5/2015").

[2] Os dados de base do comércio internacional (Intra e Extra UE) divulgados para o mês de março de 2017 correspondem a uma versão preliminar. Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas (valor das transações das empresas para as quais o INE não recebeu ainda informação) assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação (valor anual das operações intracomunitárias abaixo do qual os operadores são dispensados da declaração periódica estatística Intrastat, limitando-se à entrega da declaração periódica fiscal: no caso de Portugal, 250 mil euros para as importações da UE e 250 mil para as exportações para a UE, em 2013). Por outro lado, a atual metodologia considera, para além do confronto regular entre as declarações Intrastat e do IVA, a comparação com os dados com a IES.

[3] Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Exportações de Mercadorias

Nos primeiros quatro meses de 2017, as exportações de mercadorias cresceram 12,8%, em termos homólogos. Excluindo os produtos energéticos, registou-se um crescimento de 9,8%.

Entre janeiro e abril de 2017, destaca-se o contributo positivo dos produtos “Energéticos” (3,6 p.p.), seguido do contributo das “Máquinas e aparelhos e suas partes” (2,2 p.p.) e dos “Agroalimentares” (1,8 p.p.). As “Máquinas e aparelhos e suas partes” são o grupo de produtos que maior peso tem nas exportações de mercadorias (15,5%). Seguem-se os “Químicos” (13,1%).

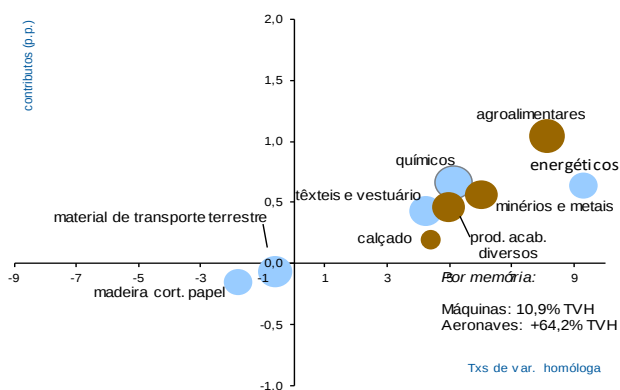
A Figura 3.2 apresenta os contributos dos diversos grupos de produtos para o crescimento das exportações no último ano a terminar em abril de 2017.

Nesse período, a maioria dos grupos de produtos contribuiu positivamente para o crescimento das exportações de mercadorias (+5,7%). Os produtos relativos às “Máquinas e aparelhos e suas partes” foram os que mais contribuíram para este comportamento (1,6 p.p.). De destacar, ainda, o contributo positivo dos “Agroalimentares” e dos “Químicos” (1,0 p.p. e 0,7 p.p. respetivamente).

De referir, ainda, os contributos dos “Energéticos”, “Minérios e metais” e “Produtos acabados diversos”, para o crescimento das exportações de mercadorias (0,6 p.p., 0,6 p.p. e 0,5 p.p., respetivamente).

Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Exportações por Grupos de Produtos (p.p.)

Últimos 12 meses a terminar em abril de 2017
(Total: 5,7%)



Fonte: Quadro 3.4. Exportações de Mercadorias por Grupos de Produtos.

Nota:

A dimensão dos círculos representa o peso relativo de cada grupo de produtos no total das exportações no período em análise.

Quadro 3.4. Exportações * de Mercadorias por Grupos de Produtos

(Fob)

Intra + Extra UE

Grupos de Produtos	Milhões de Euros		Estrutura (%)				Tax. variação e contributos			
			Anual		jan-abr		últimos 12 meses ^[1]		jan-abr	
	2016	2017	2011	2016	2016	2017	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
Total das Exportações	16 095	18 157	100,0	100,0	100,0	100,0	5,7	5,7	12,8	12,8
Agro-alimentares	1925	2 216	11,5	13,1	12,0	12,2	8,1	1,0	15,1	1,8
Energéticos	821	1393	7,2	6,2	5,1	7,7	9,3	0,6	69,6	3,6
Químicos	2 124	2 371	12,5	12,9	13,2	13,1	5,1	0,7	11,6	1,5
Madeira, cortiça e papel	1361	1366	8,4	8,0	8,5	7,5	-1,8	-0,1	0,4	0,0
Têxteis, vestuário e seus acessórios	1717	1775	9,8	10,2	10,7	9,8	4,2	0,4	3,4	0,4
Calçado, peles e couros	713	744	4,1	4,5	4,4	4,1	4,4	0,2	4,4	0,2
Minérios e metais	1502	1751	11,2	9,2	9,3	9,6	6,0	0,6	16,5	1,5
Máquinas e aparelhos e suas partes	2 446	2 807	14,7	15,4	15,2	15,5	10,9	1,6	14,7	2,2
Material de transp. terrestre e suas partes	1838	1929	12,4	10,4	11,4	10,6	-0,6	-0,1	4,9	0,6
Aeronaves, embarcações e suas partes	90	117	0,5	0,8	0,6	0,6	64,2	0,4	31,0	0,2
Produtos acabados diversos	1557	1688	7,8	9,3	9,7	9,3	5,0	0,5	8,4	0,8

Por memória:

Total sem energéticos	15 274	16 764	92,8	93,8	94,9	92,3	5,5	5,1	9,8	9,3
-----------------------	--------	--------	------	------	------	------	-----	-----	-----	-----

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

[1] Últimos 12 meses a terminar em abril de 2017.

[2] (mai 16-abr 17)/(mai 15-abr 16) x 100 - 100.

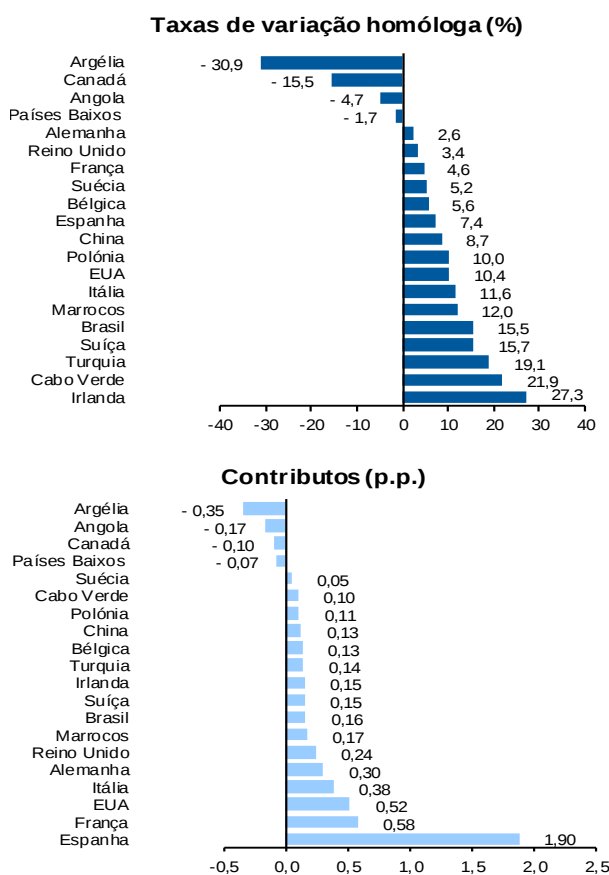
[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

Nos primeiros quatro meses de 2017, as exportações para a UE cresceram 8,5%, em termos homólogos. As exportações com destino aos países da UE-15 registaram um crescimento homólogo de 8,3% e as com destino aos Países do Alargamento cresceram 12,1%. As exportações para países terceiros cresceram 27,8%, em termos homólogos (Quadro 3.5).

As exportações de mercadorias para Espanha foram as que registaram o maior contributo Intra UE-15 para o crescimento das exportações (2,7 p.p.), seguidas das exportações para a França e para a Alemanha (0,8 p.p. e 0,7 p.p., respetivamente).

No último ano a terminar em abril de 2017, as exportações para os países Intra UE cresceram 5,9%, em termos homólogos. As exportações para os países da UE-15 cresceram nesse período 5,5 %. As exportações para Espanha e França foram as que mais contribuíram para o crescimento das exportações (1,9 p.p. e 0,6 p.p., respetivamente). Entre os países terceiros, destaca-se o crescimento das exportações para Cabo Verde (21,9%), Turquia (19,1%) e Suíça (15,7%), em termos homólogos. No mesmo período, destaca-se o decréscimo das exportações com destino à Argélia (-30,9%) e Canadá (-15,5%), ainda que com um impacto pouco expressivo na variação homóloga das exportações totais (Figura 3.3).

Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Exportações para uma Seleção de Mercados e Contributos
Últimos 12 meses a terminar em abril de 2017



Fonte: Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com destino a uma Seleção de Mercados

Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com Destino a uma Seleção de Mercados

Destino	jan-abr		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
			anual		jan-abr		12 meses ⁽¹⁾		jan-abr	
	2016	2017	2011	2016	2016	2017	VH ⁽²⁾	contrib. p.p. ⁽³⁾	VH	contrib. p.p. ⁽³⁾
	2016	2017	2016	2017	2016	2017				
TOTAL	16 095	18 157	100,0	100,0	100,0	100,0	5,7	5,7	12,8	12,8
Intra UE	12 480	13 538	74,5	75,2	77,5	74,6	5,9	4,3	8,5	6,6
dos quais:										
UE-15	11 868	12 851	71,3	71,3	73,7	70,8	5,5	3,9	8,3	6,1
Espanha	4 271	4 702	24,9	26,2	26,5	25,9	7,4	1,9	10,1	2,7
França	2 357	2 291	12,2	12,6	13,4	12,6	4,6	0,6	6,2	0,8
Alemanha	1933	2 039	13,5	11,6	12,0	11,2	2,6	0,3	5,5	0,7
Reino Unido	1386	1204	5,2	7,0	7,4	6,6	3,4	0,2	1,5	0,1
Países Baixos	635	713	3,9	3,7	3,9	3,9	-1,7	-0,1	12,4	0,5
Itália	566	663	3,7	3,4	3,5	3,7	11,6	0,4	17,3	0,6
Bélgica	424	450	3,2	2,4	2,6	2,5	5,6	0,1	6,1	0,2
Suécia	172	163	1,0	1,0	1,1	0,9	5,2	0,0	-5,3	-0,1
Irlanda	112	123	0,3	0,7	0,7	0,7	27,3	0,2	10,0	0,1
Alargamento	612	686	3,2	3,9	3,8	3,8	13,4	0,5	12,1	0,5
Polónia	190	210	0,9	1,1	1,2	1,2	10,0	0,1	10,6	0,1
Extra UE	3 615	4 619	25,5	24,8	22,5	25,4	5,4	1,4	27,8	6,2
dos quais:										
EUA	705	973	3,5	4,9	4,4	5,4	10,4	0,5	38,0	1,7
Angola	395	579	5,4	3,0	2,5	3,2	-4,7	-0,2	46,7	1,1
Marrocos	205	276	0,9	1,4	1,3	1,5	12,0	0,2	34,8	0,4
China	171	276	0,9	1,3	1,1	1,5	8,7	0,1	61,2	0,7
Brasil	152	213	1,4	1,1	0,9	1,2	15,5	0,2	40,1	0,4
Suíça	172	194	0,9	1,1	1,1	1,1	15,7	0,2	12,4	0,1
Argélia	170	87	0,8	0,9	1,1	0,5	-30,9	-0,3	-48,7	-0,5
Turquia	108	125	0,7	0,8	0,7	0,7	19,1	0,1	15,5	0,1
Canadá	98	94	0,5	0,6	0,6	0,5	-15,5	-0,1	-4,0	0,0
Cabo Verde	77	87	0,6	0,5	0,5	0,5	21,9	0,1	12,6	0,1
Por memória:										
OPEP ⁽⁴⁾	712	852	7,5	5,0	4,4	4,7	-8,2	-0,5	19,5	0,9
PALOP	597	774	6,8	4,2	3,7	4,3	-6,0	-0,3	29,5	1,1
EFTA	230	258	1,1	1,4	1,4	1,4	8,9	0,1	12,1	0,2

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2016.

[1] Últimos 12 meses a terminar em abril de 2017.

[2] (mai 16-abr 17)/(mai 15-abr 16) x 100 - 100.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) x 100.

[4] Inclui Angola.

Importações de Mercadorias

De janeiro a abril de 2017, as importações de mercadorias registaram um crescimento de 14,2%, em termos homólogos (Quadro 3.6).

Os grupos de produtos que menos contribuíram para este acréscimo foram as “Aeronaves, embarcações e suas partes (+0,1 p.p.), os “Têxteis, vestuário e seus acessórios” (+0,2 p.p.) e de “Madeira, cortiça e papel” (0,0 p.p.). As importações de “Calçado, peles e couros” contribuíram negativamente para este crescimento (-0,1 p.p.)

As importações de produtos “Energéticos”, “Material de Transporte terrestre e suas partes” e de “Minérios e metais” tiveram um contributo positivo significativo para este aumento (5,0 p.p., 1,7 p.p. e 2,7 p.p.), respetivamente.

A UE-28 mantém-se como principal mercado de origem das importações portuguesas (75,7%).

Nos primeiros quatro meses de 2017, as importações de mercadorias provenientes do mercado comunitário cresceram, em termos homólogos, 9,9%, com as provenientes dos países da UE-15 a crescerem 9,6%, em termos homólogos. As importações provenientes dos países do Alargamento registaram um crescimento de 17,2%.

As importações de mercadorias provenientes de países terceiros cresceram 30,0%, em termos homólogos. A China destaca-se como sendo o principal mercado extra-comunitário de origem das importações de mercadorias (2,8% do total). Seguem-se a Rússia (2,6%), Brasil (1,7%) e os EUA (1,6%).

Quadro 3.6. Importações de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Seleção de Mercados

Grupos de Produtos	10 ⁶ Euros (Cif)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
	jan-abr		Anual		jan-abr		12 meses ^[1]		jan-abr	
	2016	2017	2011	2016	2016	2017	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
TOTAL DAS IMPORTAÇÕES	19 264	22 005	100,0	100,0	100,0	100,0	6,2	6,2	14,2	14,2
Grupos de Produtos										
Agro-alimentares	2 985	3 281	15,0	15,8	15,5	14,9	6,5	10	9,9	15
Energéticos	1642	2 601	17,5	10,1	8,5	11,8	0,5	0,1	58,4	5,0
Químicos	3 429	3 642	15,9	16,8	17,8	16,6	16	0,3	6,2	1,1
Madeira, cortiça e papel	695	698	3,5	3,4	3,6	3,2	19	0,1	0,4	0,0
Têxteis, Vestuário e seus acessórios	1290	1328	5,9	6,5	6,7	6,0	2,6	0,2	3,0	0,2
Calçado, peles e couros	546	525	2,0	2,6	2,8	2,4	0,7	0,0	-3,9	-0,1
Minérios e metais	1584	1907	8,8	8,0	8,2	8,7	5,8	0,5	20,4	1,7
Máquinas e aparelhos e suas partes	3 076	3 601	15,4	16,8	16,0	16,4	12,4	2,0	17,1	2,7
Material de transp. terrestre e suas partes	2 586	2 860	10,1	12,5	13,4	13,0	10,0	1,2	10,6	1,4
Aeronaves, embarcações e suas partes	247	271	0,4	1,3	1,3	1,2	53,2	0,5	9,5	0,1
Produtos acabados diversos	1 183	1 291	5,3	6,2	6,1	5,9	7,4	0,4	9,1	0,6
Total sem energéticos	17 622	19 404	82,5	89,9	91,5	88,2	6,9	6,1	10,1	9,3
Mercados de origem										
Intra UE	15 155	16 663	78,6	74,8	78,7	75,7	5,9	4,5	9,9	7,8
dos quais:										
UE-15	14 453	15 841	76,2	71,8	75,0	72,0	5,6	4,1	9,6	7,2
Espanha	6 311	6 891	32,8	32,5	32,8	31,3	3,3	1,1	9,2	3,0
Alemanha	2 647	3 045	13,2	12,3	13,7	13,8	11,1	1,4	15,0	2,1
França	1 571	1 665	8,3	7,1	8,2	7,6	6,7	0,5	6,0	0,5
Itália	1 077	1 183	5,8	5,2	5,6	5,4	5,0	0,3	9,8	0,5
Países Baixos	975	1 138	5,3	5,2	5,1	5,2	7,8	0,4	16,6	0,8
Reino Unido	617	622	3,3	3,1	3,2	2,8	3,8	0,1	0,8	0,0
Bélgica	555	600	2,9	2,7	2,9	2,7	5,2	0,1	8,0	0,2
Polónia	243	290	0,6	0,9	1,3	1,3	22,4	0,2	19,2	0,2
Suécia	225	225	1,0	1,1	1,2	1,0	5,3	0,1	0,2	0,0
Alargamento	702	822	2,4	3,0	3,6	3,7	11,9	0,4	17,2	0,6
Extra UE	4 109	5 343	21,4	25,2	21,3	24,3	7,1	1,6	30,0	6,4
dos quais:										
China	583	622	2,2	2,7	3,0	2,8	4,4	0,1	6,8	0,2
Rússia	126	580	1,0	12	0,7	2,6	188,7	18	3616	2,4
Brasil	375	384	1,7	15	1,9	1,7	7,3	0,1	2,4	0,0
EUA	273	357	1,7	16	1,4	1,6	3,9	0,1	30,7	0,4
Angola	252	64	0,3	2,7	1,3	0,3	-43,5	-0,8	-74,6	-10
Turquia	159	247	0,6	0,7	0,8	1,1	29,2	0,2	55,4	0,5
Índia	163	206	0,5	0,8	0,8	0,9	22,7	0,2	26,3	0,2
Arábia Saudita	118	211	0,8	1,3	0,6	1,0	-5,2	-0,1	79,5	0,5
Azerbaijão	161	226	0,0	0,8	0,8	1,0	-10,0	-0,1	40,6	0,3
Argélia	178	83	0,5	1,2	0,9	0,4	-57,0	-0,6	-53,5	-0,5
Coreia do Sul	118	139	0,5	0,5	0,6	0,6	-4,8	0,0	17,7	0,1
Cazaquistão	96	154	0,3	1,4	0,5	0,7	-20,8	-0,2	61,2	0,3
Japão	108	113	0,6	0,4	0,6	0,5	3,6	0,0	4,5	0,0
OPEP ^[4]	671	543	5,8	6,8	3,5	2,5	-31,1	-1,5	-19,1	-0,7
EFTA	128	122	1,8	0,6	0,7	0,6	1,9	0,0	-4,9	0,0
PALOP	267	72	0,4	2,8	1,4	0,3	-42,6	-0,8	-72,9	-10

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Importações: somatório das importações de mercadorias provenientes da UE com as importações de Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2016.

[1] Últimos 12 meses a terminar em abril de 2017.

[2] (mai 16-abr 17)/(mai 15-abr 16) x 100 - 100.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das importações - análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) x 100.

[4] Inclui Angola.

Comércio Internacional de Bens e Serviços

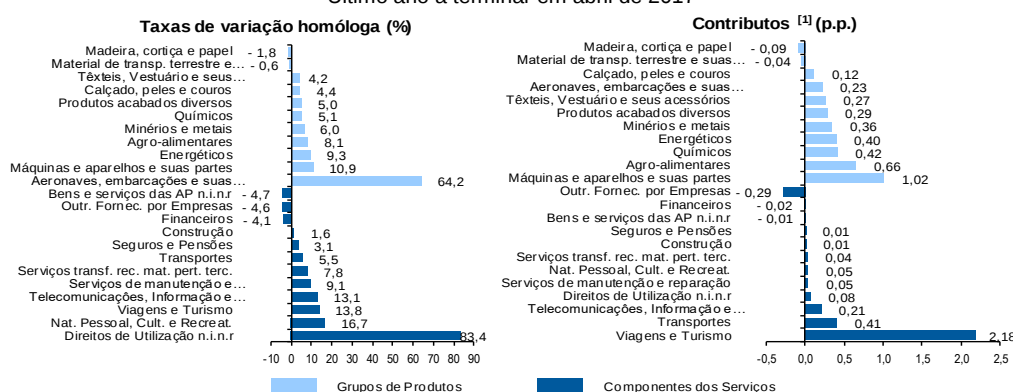
De acordo com os dados divulgados para a Balança de Pagamentos para o mês de abril de 2017, nos primeiros quatro meses de 2017, as exportações (crédito) de Bens e Serviços registaram um crescimento de 12,7%, em termos homólogos. A componente dos Bens contribuiu positivamente (8,8 p.p.) para o crescimento das exportações totais.

Nos primeiros quatro meses de 2017, a componente dos Serviços representou 31,0% do total das exportações e contribuiu positivamente (4,0 p.p.) para o seu crescimento. Do lado das importações (débito) o peso desta componente foi de 17,8% no total e o seu comportamento reforçou o crescimento das importações totais (14,6%) em 2,5 p.p. (Quadro 3.8).

No painel esquerdo da Figura 3.6 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de Bens e de Serviços no último ano a terminar em abril de 2017, com base em dados do INE para as exportações de Bens (Grupos de Produtos) e do Banco de Portugal para as exportações de Serviços. O painel direito mostra os contributos para a taxa de crescimento das exportações de Bens e Serviços.

No período em análise, destacou-se o contributo positivo dos produtos "Máquinas e aparelhos e suas partes" (+1,02 p.p.) e dos "Agroalimentares" (+0,66 p.p.). Na componente dos serviços, continuam a destacar-se os contributos das rubricas de Viagens e Turismo (+2,18 p.p.) e Transportes (+0,41 p.p.).

Figura 3.4. Taxas de Crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços e Contributos das Componentes
Último ano a terminar em abril de 2017



Fonte: Cálculos do GEE com base em dados do Banco de Portugal, para as Exportações de Bens e Serviços, e do INE, para o cálculo da estrutura das exportações de Bens. A distribuição do contributo das Exportações de Bens (dados da Balança de Pagamentos, Banco de Portugal) pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do Comércio Internacional de Mercadorias do INE para as Exportações de Bens (somatório das Exportações de mercadorias para a UE com as Exportações para Países Terceiros).

[1] Contributos - análise shift-share: TVH x Peso no período homólogo anterior ÷ 100. O somatório corresponde à TVH das Exportações de Bens e Serviços nos últimos 12 meses, de acordo com as estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal (6,4%).

Quadro 3.7. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)

Valores em milhões de Euros											
	jan-abr		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos				
			Anual		jan-abr		média anual 11-16	12 meses ^[1]		jan-abr	
	2016	2017	2011	2016	2016	2017		VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
CRÉDITO (Exportações)											
Bens e Serviços	22 998	25 928	100,0	100,0	100,0	100,0	4,2	6,4	6,4	12,7	12,7
Bens	15 874	17 892	68,7	65,3	69,0	69,0	3,2	5,5	3,6	12,7	8,8
Serviços	7 124	8 036	31,3	34,7	31,0	31,0	6,4	8,0	2,7	12,8	4,0
Serv. transf. rec. mat. pert. terc.	131	131	0,5	0,5	0,6	0,5	3,5	7,8	0,0	0,5	0,0
Serv. de manutenção e reparação	130	158	0,6	0,6	0,6	0,6	2,8	9,1	0,1	21,9	0,1
Transportes	1661	1961	8,1	7,3	7,2	7,6	2,2	5,5	0,4	18,1	1,3
Viagens e Turismo	2 870	3 463	13,2	16,7	12,5	13,4	9,3	13,8	2,2	20,7	2,6
Construção	157	162	0,9	0,7	0,7	0,6	-10	16	0,0	3,4	0,0
Seguros e Pensões	39	44	0,2	0,2	0,2	0,2	3,4	3,1	0,0	12,9	0,0
Financeiros	119	102	0,5	0,4	0,5	0,4	1,7	-4,1	0,0	-13,9	-0,1
Direitos de Utilização n.i.n.r	26	60	0,1	0,1	0,1	0,2	14,2	83,4	0,1	131,9	0,1
Telecom., Informação e Informática	383	436	1,3	1,7	1,7	1,7	9,4	13,1	0,2	13,7	0,2
Outr. Fornec. por Empresas	1500	1375	5,2	5,9	6,5	5,3	7,1	-4,6	-0,3	-8,3	-0,5
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	64	86	0,4	0,3	0,3	0,3	-15	16,7	0,0	35,0	0,1
Bens e serviços das AP n.i.n.r	46	57	0,3	0,2	0,2	0,2	-7,6	-4,7	0,0	24,1	0,0
DÉBITO (Importações Fob)											
Bens e Serviços	22 485	25 758	100,0	100,0	100,0	100,0	1,1	6,0	6,0	14,6	14,6
Bens	18 439	21 160	83,4	81,7	82,0	82,2	0,6	5,7	4,7	14,8	12,1
Serviços	4 046	4 597	16,6	18,3	18,0	17,8	3,1	7,5	1,3	13,6	2,5
Serv. transf. rec. mat. pert. terc.	9	4	0,0	0,0	0,0	0,0	-12	-20,5	0,0	-62,1	0,0
Serv. de manutenção e reparação	103	125	0,3	0,4	0,5	0,5	7,4	4,3	0,0	21,4	0,1
Transportes	911	1111	4,7	4,2	4,1	4,3	-0,9	4,6	0,2	22,0	0,9
Viagens e Turismo	1186	1353	4,4	5,4	5,3	5,3	5,3	9,6	0,5	14,1	0,7
Construção	43	21	0,2	0,2	0,2	0,1	-0,9	-20,1	0,0	-50,5	-0,1
Seguros e Pensões	112	126	0,4	0,5	0,5	0,5	4,9	5,4	0,0	12,3	0,1
Financeiros	155	138	0,6	0,6	0,7	0,5	-7,2	-15,1	-0,1	-11,0	-0,1
Direitos de Utilização n.i.n.r	237	254	0,6	1,0	1,1	1,0	11,5	16,6	0,2	7,1	0,1
Telecom., Informação e Informática	331	347	1,2	1,5	1,5	1,3	5,7	7,6	0,1	4,8	0,1
Outr. Fornec. por Empresas	845	1028	3,0	3,8	3,8	4,0	6,1	11,8	0,4	21,6	0,8
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	82	67	0,6	0,4	0,4	0,3	-9,6	6,1	0,0	-17,9	-0,1
Bens e serviços das AP n.i.n.r	32	24	0,1	0,2	0,1	0,1	12,7	19,6	0,0	-26,4	0,0

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal.

Notas:

Valores Fob para a Importação de bens.

[1] 12 meses até abril de 2017.

[2] Contributos para a taxa de crescimento - Análise shift-share : (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100. Medem a proporção de crescimento das Exportações/Importações atribuível a cada categoria especificada.

Iniciativas e Medidas Legislativas

1. Iniciativas

Iniciativa	Sumário
Reunião Conselho ECOFIN 16 de junho de 2017	Do debate ocorrido no Conselho ECOFIN de 16 de junho de 2017 destacam-se os seguintes temas: ▪ Procedimento relativo aos Défices Excessivos: O Conselho decidiu revogar os procedimentos relativos aos défices excessivos de Portugal e da Croácia, confirmando que estes países reduziram os seus défices para valores abaixo dos 3% do PIB e que essa correção é sustentada. Após saírem do procedimento relativo aos défices excessivos, os estados-membros ficam sujeitos ao braço preventivo do Pacto de Estabilidade e Crescimento. O Conselho emitiu, igualmente, uma recomendação à Roménia para que corrija o desvio significativo em relação à trajetória de ajustamento para o objetivo de médio prazo. ▪ Políticas económicas e orçamentais – Recomendações específicas por País: No âmbito do Semestre Europeu de 2017, o Conselho adotou os projetos de recomendações específicas para as políticas económicas e orçamentais de 27 estados-membros (exceto para a Grécia, submetida a um programa de ajustamento macroeconómico). Estas recomendações têm por base a avaliação das políticas económicas previstas nos programas nacionais de reformas e incluem propostas de parecer acerca das políticas orçamentais apresentadas nos programas de estabilidade ou convergência. ▪ Medidas de redução dos riscos: O Conselho aprovou as orientações gerais sobre uma proposta de diretiva que altera a Diretiva 2014/59/UE, que estabelece um enquadramento para a recuperação e a resolução de instituições de crédito e de empresas de investimento, no que respeita à posição dos instrumentos de dívida não garantidos na hierarquia da insolvência, e sobre uma proposta de regulamento que altera o Regulamento 575/2013, relativo aos requisitos prudenciais para as instituições de crédito e para as empresas de investimento, no que diz respeito ao período transitório para reduzir o impacto da introdução da IFRS 9 sobre os fundos próprios e o impacto do tratamento dos grandes riscos de determinadas posições em risco do setor público denominadas em moedas não nacionais dos estados-membros. À margem do Conselho, os ministros discutiram a intenção de Portugal efetuar mais um pagamento antecipado ao FMI no quadro do seu empréstimo com esta instituição.
Gestão de resíduos eléctricos e eletrónicos Conselho de Ministros de 8 de junho	Aprovou o decreto-lei que unifica o regime da gestão de resíduos, designadamente de equipamentos elétricos e eletrónicos, de pilhas e acumuladores.
Comércio Internacional Conselho de Ministros de 8 de junho	Aprovou o diploma que estabelece novas regras que permitem tornar mais eficaz a aplicação em território nacional da Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies de Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção
Contratos financeiros – Fundos de Investimento – Supervisão dos índices de referência Conselho de Ministros de 8 de junho	Aprovou o decreto regulamentar que designa as autoridades nacionais competentes para efeitos da supervisão dos índices utilizados como índices de referência no quadro de instrumentos e contratos financeiros ou para aferir o desempenho de fundos de investimento.

Iniciativa	Sumário
Dívida Pública – Emissão de valores mobiliários Conselho de Ministros de 8 de junho	Aprovou o decreto-lei que assegura a melhor compatibilidade e articulação entre a Lei que proíbe a emissão de valores mobiliários ao portador e a legislação especificamente aplicável à dívida pública.
Financiamento da economia Conselho de Ministros de 8 de junho	Aprovou um decreto-lei que altera os estatutos da IFD – Instituição Financeira de Desenvolvimento, alargando o âmbito da atividade da instituição, em conformidade com a decisão da Comissão Europeia, e permitindo que o IFD reforce a sua missão de promoção da definição e implementação de medidas de apoio ao financiamento e capitalização das PME e mid caps portuguesas.
Transposição de diretiva - Governo societário Conselho de Ministros de 22 de junho	Aprovou um decreto-lei sobre a prestação de informações não financeiras relativas às áreas sociais, ambientais e de governo societário por parte das empresas (Diretiva 2014/95/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de outubro de 2014), contribuindo decisivamente para a análise do desempenho das empresas e do seu impacto na sociedade.
Transposição de Diretiva - Combustíveis e emissão de gases com efeito de estufa Conselho de Ministros de 22 de junho	Aprovou o decreto-lei que estabelece os métodos de cálculo e requisitos em matéria de apresentação de relatórios relativos a combustíveis e emissão de gases com efeito de estufa (Diretiva UE 2015/652, do Conselho, de 20 de abril).
Transposição de Diretivas – Equipamentos elétricos e eletrónicos Conselho de Ministros de 22 de junho	Aprovou o decreto-lei que altera os estatutos da IFD – Instituição Financeira de Desenvolvimento, alargando o âmbito da atividade da instituição, em conformidade com a decisão da Comissão Europeia, à promoção da definição e implementação de medidas de apoio ao financiamento e capitalização das PME e mid caps portuguesas.
Regularização extraordinária dos vínculos precários Conselho de Ministros de 29 de junho	Aprovou a proposta de Lei que estabelece o programa de regularização extraordinária dos vínculos precários de pessoas que exerçam ou tenham exercido funções que correspondam a necessidades permanentes da Administração Pública, de autarquias locais e de entidades do sector empresarial do Estado ou do setor empresarial local sem vínculo jurídico adequado a que se referem o artigo 25.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e a Resolução do Conselho de Ministros n.º 32/2017, de 28 de fevereiro.
Atualização extraordinária das pensões – Orçamento de Estado de 2017 Conselho de Ministros de 29 de junho	Aprovou o decreto que regulamenta a atualização extraordinária das pensões, conforme previsto no Orçamento do Estado para 2017. Esta atualização extraordinária prevê um aumento de 10 euros mensais no valor total de pensões a atribuir aos pensionistas a partir do mês de agosto de 2017. No caso dos pensionistas que recebam uma pensão que tenha sido atualizada no período entre 2011 e 2015, a atualização extraordinária será de 6 euros mensais.

2. Seleção de Medidas Legislativas

Assunto/Diploma	Descrição
<i>Código de Imposto sobre Veículos</i> Decreto-Lei n.º 53/2017 - Diário da República n.º 105/2017, Série I de 2017-05-31	Altera o Código do Imposto sobre Veículos, desmaterializando as formalidades declarativas para todos os sujeitos passivos.

Assunto/Diploma	Descrição
<i>Títulos de Compensação Extrassalarial</i> Portaria n.º 180/2017 - Diário da República n.º 105/2017, Série I de 2017-05-31	Portaria que aprova o novo modelo de declaração e respetivas instruções, designado por Declaração de Títulos de Compensação Extrassalarial (Modelo 18), para cumprimento da obrigação referida no n.º 2 do artigo 126.º do Código do IRS.
<i>Chave Móvel Digital – Cartão de cidadão- Concessão e emissão de passaportes</i> Lei n.º 32/2017 - Diário da República n.º 106/2017, Série I de 2017-06-01	Segunda alteração à Lei n.º 7/2007, de 5 de fevereiro, que cria o cartão de cidadão e rege a sua emissão e utilização, primeira alteração à Lei n.º 37/2014, de 26 de junho, que estabelece um sistema alternativo e voluntário de autenticação dos cidadãos nos portais e sítios na Internet da Administração Pública denominado Chave Móvel Digital, e sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 83/2000, de 11 de maio, que aprova o regime legal da concessão e emissão de passaportes.
<i>Sistema de Incentivos à Eficiência da Despesa Pública</i> Portaria n.º 186/2017 - Diário da República n.º 106/2017, Série I de 2017-06-01	Estabelece o Sistema de Incentivos à Eficiência da Despesa Pública.
<i>Desenvolvimento da Indústria Farmacêutica</i> Despacho n.º 4777/2017 - Diário da República n.º 106/2017, Série II de 2017-06-01	Cria, na dependência dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, saúde e economia, o Grupo de Trabalho para o desenvolvimento da Indústria Farmacêutica em Portugal.
<i>Contratos de concessão para aproveitamento hidroelétrico</i> Resolução do Conselho de Ministros n.º 72/2017 - Diário da República n.º 108/2017, Série I de 2017-06-05	Determina novos prazos para a celebração dos contratos de concessão no âmbito do aproveitamento hidroelétrico de Fridão, e prorroga as medidas preventivas que incidem sobre determinadas áreas dos municípios por ele abrangidos.
<i>Orçamento de Estado 2017 – Execução orçamental</i> Decreto-Lei n.º 55/2017 - Diário da República n.º 108/2017, Série I de 2017-06-05	Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 25/2017 , de 3 de março, que estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2017.
<i>Transposição de Diretiva- Mercados e Instrumentos Financeiros- Reforma do Modelo de Supervisão do Setor Financeiro</i> Resolução da Assembleia da República n.º 105/2017 - Diário da República n.º 109/2017, Série I de 2017-06-06	Recomenda ao Governo a ponderação das conclusões das comissões parlamentares de inquérito no quadro da transposição da Diretiva dos Mercados e Instrumentos Financeiros e da Reforma do Modelo de Supervisão do Setor Financeiro.
<i>Programa Capitalizar - Medidas adicionais do Programa Capitalizar</i> Resolução do Conselho de Ministros n.º 81/2017 - Diário da República n.º 111/2017, Série I de 2017-06-08	Avalia o Programa Capitalizar e aprova medidas adicionais.
<i>Transposição de Diretivas – Comércio de brinquedos</i> Decreto-Lei n.º 59/2017 - Diário da República n.º 112/2017, Série I de 2017-06-09	Altera as regras de segurança dos brinquedos disponibilizados no mercado, transpondo as Diretivas (UE) números 2015/2115, 2015/2116 e 2015/2117.
<i>Transposição de Diretivas – Infraestrutura para combustíveis alternativos</i> Decreto-Lei n.º 60/2017 - Diário da República n.º 112/2017, Série I de 2017-06-09	Projeto de decreto-lei que estabelece o enquadramento para a implantação de uma infraestrutura para combustíveis alternativos, transpondo a Diretiva n.º 2014/94/UE.

Assunto/Diploma	Descrição
<i>Fundo para a Sustentabilidade Sistémica do Setor Energético</i> Despacho n.º 5238-A/2017 - Diário da República n.º 113/2017, 1º Suplemento, Série II de 2017-06-12	Fixação dos montantes alocados ao Fundo para a Sustentabilidade Sistémica do Setor Energético (FSSSE).
<i>Certidão Judicial Eletrónica - Registo Criminal Online – Classificação Portuguesa das Actividades Económicas</i> Decreto-Lei n.º 68/2017 - Diário da República n.º 115/2017, Série I de 2017-06-16	Cria a Certidão Judicial Eletrónica, flexibiliza a emissão de certificados no âmbito do Registo Criminal Online e aumenta a capacidade do Sistema de Informação da Classificação Portuguesa das Atividades Económicas.
<i>Declaração de Operações Transfronteiriças</i> Portaria n.º 191/2017 - Diário da República n.º 115/2017, Série I de 2017-06-16	Portaria que aprova o novo modelo de impresso de declaração e respetivas instruções, designado por Declaração de Operações Transfronteiriças - Modelo 38.
<i>Transposição de Diretivas – Contratos de crédito aos consumidores</i> Decreto-Lei n.º 74-A/2017 - Diário da República n.º 120/2017, 1º Suplemento, Série I de 2017-06-23	Transpõe parcialmente a Diretiva 2014/17/UE, relativa a contratos de crédito aos consumidores para imóveis destinados a habitação.
<i>Quadro de Ação Nacional para o mercado de combustíveis alternativos no setor dos transportes</i> Resolução do Conselho de Ministros n.º 88/2017 - Diário da República n.º 121/2017, Série I de 2017-06-26	Aprova o Quadro de Ação Nacional para o desenvolvimento do mercado de combustíveis alternativos no setor dos transportes
<i>Penhor mercantil</i> Decreto-Lei n.º 75/2017 - Diário da República n.º 121/2017, Série I de 2017-06-26	Aprova o regime da apropriação do bem empenhado no penhor mercantil.
<i>Financiamento da economia</i> Decreto-Lei n.º 77/2017 - Diário da República n.º 125/2017, Série I de 2017-06-30	Cria medidas de dinamização do mercado de capitais, com vista à diversificação das fontes de financiamento das empresas
<i>Administração da justiça</i> Decreto-Lei n.º 79/2017 - Diário da República n.º 125/2017, Série I de 2017-06-30	Altera o Código das Sociedades Comerciais e o Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas
<i>Administração da justiça</i> Despacho n.º 5715/2017 - Diário da República n.º 125/2017, Série II de 2017-06-30	Cria o Grupo de Trabalho para estudo da situação dos veículos apreendidos à guarda do Estado
<i>Desburocratização</i> Decreto-Lei n.º 80/2017 - Diário da República n.º 125/2017, Série I de 2017-06-30	Implementa a medida Simplex+ «Licenciamentos Turísticos+ Simples», alterando o Regime Jurídico dos Empreendimentos Turísticos
<i>Desburocratização</i> Decreto-Lei n.º 81/2017 - Diário da República n.º 125/2017, Série I de 2017-06-30	Altera a certificação por via eletrónica de micro, pequena e média empresa

Lista de Acrónimos

Lista de Acrónimos

Siglas	Descrição	Siglas	Descrição
ACAP	Associação do Comércio Automóvel de Portugal	IUC	Imposto Único de Circulação
ADSE	Direção-geral de Proteção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública	IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
AL	Administração Local	MC	<i>Ministry of Commerce of China</i>
AR	Administração Regional	Michigan	Universidade de Michigan
BCE	Banco Central Europeu	NBSC	<i>National Bureau of Statistics of China</i>
BEA	<i>Bureau of Economic Analysis</i>	OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
BGFRS	<i>Board of Governors of the Federal Reserve System</i>	OE	Orçamento do Estado
BLS	<i>Bureau of Labour Statistic</i>	ONS	Instituto Nacional de Estatística do Reino Unido
BP	Banco de Portugal	OT	Obrigações do Tesouro
BT	Bilhetes do Tesouro	PIB	Produto Interno Bruto
BVLP	Bolsa de Valores de Lisboa e Porto	SDDS	<i>Special Data Dissemination Standard</i>
CE	Comissão Europeia	SFA	Serviços e Fundos Autónomos
CEDIC	Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo	SNS	Serviço Nacional de Saúde
CGA	Caixa Geral de Aposentações	SS	Segurança Social
CMM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários	UE	União Europeia
COGJ	<i>Cabinet Office Government of Japan</i>	VAB	Valor Acrescentado Bruto
DGEG	Direção-geral de Energia e Geologia	Yahoo	<i>Finance Yahoo</i>
DGO	Direção-geral do Orçamento		
DGT	Direção-geral do Tesouro		
EPA	<i>Economic Planning Agency</i>		
Eurostat	Instituto de Estatística da UE		
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo		
FMI	Fundo Monetário Internacional		
FSO	Instituto Nacional de Estatística da Alemanha		
GEE	Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia		
GPEARI	Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério das Finanças		
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional		
IGCP	Instituto de Gestão do Crédito Público		
IGFSS	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social		
IHPC	Índice Harmonizado de Preços no Consumidor		
INE	Instituto Nacional de Estatística		
INSEE	Instituto Nacional de Estatística da França		
IPC	Índice de Preços no Consumidor		
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas		
IRS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares		
IS	Imposto do Selo		
ISM	<i>Institute for Supply Management</i>		
ISP	Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos		
ISTAT	Instituto Nacional de Estatística da Itália		
ISV	Imposto sobre Veículos		

Siglas	Unidades
%	Porcentagem
p.p.	Pontos percentuais
p.b.	Pontos base
EUR/USD	Dólar americano por euros
EUR/GBP	Libra esterlina por euros
MM3	Médias móveis de três termos
SRE	Saldo de respostas extremas
VA	Valores acumulados
VC	Variação em cadeia
VCS	Valor corrigido de sazonalidade
VE	Valor efetivo
VH	Variação homóloga
VHA	Variação homóloga acumulada
VITA	Variação intertabelas anualizada. Refere-se a Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho publicados desde o início do ano até ao mês em referência e com início de eficácia no respetivo ano

Notas Gerais

Unidade – unidade/medida em que a série se encontra expressa.

: representa valor não disponível.

- não se aplica.